



**Guilherme Faro Acioli do Prado**

**MAQUIAVEL ENTRE O GOVERNO MISTO E A  
“RAZÃO POPULISTA”**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Direito como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Direito.

Orientador: Prof°. Francisco de Guimaraens

Rio de Janeiro  
Julho de 2019



**Guilherme Faro Acioli do Prado**

**MAQUIAVEL ENTRE O GOVERNO MISTO E A  
“RAZÃO POPULISTA”**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Francisco Guimarães**

Orientador

Departamento de Direito– PUC-Rio

**Prof. Maurício Rocha**

Departamento de Direito– PUC-Rio

**Prof. Carlos Plastino**

Departamento de Direito– PUC-Rio

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

## Guilherme Faro Acioli do Prado

Graduou-se em Direito na PUC-Rio em 2015. Cursando mestrado em direito Constitucional e Direito do Estado pela PUC-Rio, tem especial interesse em teoria política, constitucionalismo moderno, Teoria do Estado e Democracia.

### Ficha Catalográfica

|  |
|--|
| <p>Prado, Guilherme Faro Acioli do</p> <p>Maquiavel entre e o Governo Misto e a “Razão Populista” / Guilherme Faro Acioli do Prado; Orientador: Francisco de Guimaraens – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2019.</p> <p>76f; 30 cm</p> <p>Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.</p> <p>Inclui referências bibliográficas.</p> <p>1. Direito – teses. 2. Maquiavelismo. 3. Humanismo Cívico. 4. Poder Constituinte. 5. Governo Misto; 6. Oxímoro; 7. Populismo. I. Guimaraens, Francisco de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.</p> |
|--|

CDD:340

Para meus pais, Maria Helena e Adolfo, assim como meu irmão Gustavo,  
pelo apoio e confiança.

## Agradecimentos

Ao meu orientador Professor Francisco de Guimarães pelo estímulo e parceria para a realização deste trabalho.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Ao meus amigos Breno Bensusan e Pedro Henrique Cipiniuk por todo apoio, paciência e compreensão.

Aos meus pais, irmão e familiares agradeço o carinho, a atenção e o apoio incondicional, necessários para que eu pudesse realizar este trabalho.

Ao meu avô José Sobral de Faro (*in memorian*) por nos ter instigado o gosto pela leitura e o amor pelo conhecimento.

A minha avó Brasília pelo seu amor e carinho.

Aos meus professores Antonio Pele, Florian Hoffman, Adriano Pilati e Carlos Plastino pelas importantes contribuições e palavras de apoio.

Aos meus colegas da PUC-Rio.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora.

A todos os professores e funcionários do Departamento pelos ensinamentos e pela ajuda, com especial destaque para Anderson Torres.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)

## Resumo

Prado, Guilherme Faro Acioli do; Guimaraens, Francisco de. **Maquiavel entre e o Governo Misto e a “Razão Populista”**. Rio de Janeiro, 2019, 76p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

É importante diferenciar o Maquiavelismo do Maquiavelianismo. O primeiro está baseado na crença de que todos os meios disponíveis são justificáveis para ascender e manter o poder, ainda que imorais; enquanto o outro consiste na verdadeira essência do pensamento de Nicolau Maquiavel, trazer as lições deixadas pelos antigos para os tempos moderno, principalmente no que consiste a chamada liberdade republicana. Isto faz total sentido se enxergarmos a renascença como o período de substituição da vida passiva, marcada pela pura reflexão espiritual e contemplação divina, pela vida ativa em que o homem assume uma atividade criadora perante o mundo, não apenas nas artes como nas instituições políticas. Essa é a prática do *viver civiles*, em que toda forma de organização social é moldada pela própria comunidade com o objetivo de aprimorar o convívio social. Esta noção está na própria essência do movimento do humanismo cívico que marcou todo o período da Renascença. É sob esta perspectiva que devemos interpretar a obra de Nicolau Maquiavel. O *príncipe novo* nada mais é que a forma alegórica desta “engenharia institucional” que posteriormente ganharia a alcunha de Poder Constituinte, mas já estava presente na dinâmica renascentista. Ainda segundo Maquiavel, o *príncipe novo* necessariamente assumiria a forma de um Oxímoro, figura alegórica em que duas partes de natureza opostas se unem contraditoriamente em um todo harmônico. Aqui, ele se refere aos pequenos e aos grandes que em uma eterna disputa, sempre dentro de um determinado arcabouço institucional, colaboram para aprovar leis úteis para o benefício mútuo de toda a sociedade. Este processo consiste na fundação contínua que deve ser encarado como a própria essência do poder constituinte que possuía uma natureza invariavelmente aberta. É assim que devemos ler as referências ao governo misto ao longo de toda a obra maquiaveliana. A figura do Oxímoro exclui qualquer associação do pensamento do secretário florentino com o fenômeno populista, ao menos se levarmos em consideração a definição dada por Laclau em a *Razão Populista*. O populismo é marcado pela ascensão de uma particularidade (*plebe*) e sua consolidação como totalidade (*populus*), enquanto Maquiavel propôs com a cooperação ainda que forçada entre os dois polos antagônicos da sociedade com a manutenção de suas respectivas funções sociais. Entretanto, podemos identificar no conceito de *virtù*, a vagueza conceitual necessária para caracterizar o conceito de significante flutuante. Isto explica a facilidade das mais diversas correntes ideológicas em se apoderar do legado do secretário florentino em prol de uma causa própria. Ironicamente, Maquiavel parece ter aberto a caixa de pandora do populismo, ainda que contra a própria vontade.

## Palavras-chave

Maquiavelismo; Humanismo Cívico; Poder Constituinte; Governo Misto; Oxímoro; Populismo

## Abstract

Prado, Guilherme Faro Acioli do ; Guimaraens, Francisco de (Advisor). **Maquiavel between the Theory of the Mixed Government and the “populista Reason”**. Rio de Janeiro, 2019, 76p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

It is important to distinguish the “Machiavellianism” from the “Machiavellian commonwealth”. The first is based on the believe that all available means are justifiable to ascend and preserve power, yet imoral; while the other consists on the true essence of Nicolà Machiavelli’s thought: apply the leassons let by the ancient to modern times, specially about the so called “republicana liberty”. It makes all sense if we analyse the renaissance as the moment of substitution of the passive life, marked by purê spiritual reflexion and divine contemplation, for the active life that the man adopts a creative active before the world, not just in the arts as the political institutions as well. This is the practice of the *viver civiles* in which all the forms of social organization are shaped by the own community. in order to improve the social life. This concept is in the own essence of the civic humanism that forged all the period of the Renaissance. It is under this perspective that we should interpret all the Machiavellian work. The *príncipe novo* is just the alegorical form of the “popular statecraft” that would later be named “constitucional power”, but it was already present in the renascence dynamic. Accorduing to the florentina secretary, this *príncipe novo* would necessarily assume the shape of an Oxymoron, figure of speech in which two parts of opposite nature contradictorily unite in a harmonious whole. Here, he refers to the eternal dispute among the “small” and the “big” when operete inside a framework tend to cooperate aproving useful laws for the whole civil society. This process consists in the "continuos foundation”and characterizes the own essence of the constitucional power which always have an opened nature. That is the way we should read the references to the mixed government all along the machiavellian works. The Oxymoron figure exculpates any association of the machiavellian Thought to the populista phenomenom, at least if we consider the definition given by Ernesto Laclau in his *Razão Populista*. The populism is characterized by the ascension of a particularity (*plebe*) and it’s consolidation as totality (*populus*), while Machiavelli proposed the cooperation yet forced between two antagonical Poles with the preservativos of their respectiva social functions. Nevetheless, we might identify in the concept of *virtù*, enough conceptual vaporousness to classify it as a flowing significant. It explains the easiness with the most diverse ideologia corrents appropriated from the Machiavellian Legacy. ironically, Machiavelli seemed to have opened the populism pandora box, yet unwittingly.

## Keywords

Machiavellianism; Civic humanism; Constitucional Power; Mixed Government; Oxymoron; Populism.

*“Prefiro ser essa metamorfose ambulante  
Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante  
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo  
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo  
Eu quero dizer agora o oposto do que eu disse antes  
Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante  
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo  
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”*

Raul Seixas, Metamorfose ambulante.

# Sumário

|   |    |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO  | 10 |
| 2 A ÉPOCA E A VIDA DE NICOLAU MAQUIAVEL:                      | 13 |
| 2.1 A Renascença segundo Jacob Burckhardt:                    | 13 |
| 2.2 A formação do Humanismo Cívico:                           | 18 |
| 2.3 Breve biografia de Nicolau Maquiavel:                     | 25 |
| 3 DESVENDANDO O PENSAMENTO MAQUIAVELIANO                      | 30 |
| 3.1 O Príncipe Novo e suas raízes Mitológicas:                | 30 |
| 3.2 Os conceitos de Virtude e Fortuna no Imaginário Político: | 34 |
| 3.3 Da Institucionalização da virtù:                          | 38 |
| 4 DO GOVERNO MISTO  | 41 |
| 4.1 Suas origens na Anacliclose Polibiana:                    | 42 |
| 4.2 Maquiavel Vs Guicciardini:                                | 46 |
| 4.3 Considerações sobre o Arranjo Institucional Maquiaveliano | 50 |
| 5 POPULISMO E MAQUIAVELIANISMO                                | 55 |
| 5.1 Análise da obra maquiaveliana segundo a Razão populista:  | 56 |
| 5.2 Da apropriação do léxico republicano:                     | 61 |
| 6 CONCLUSÃO   | 70 |
| 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS                                  | 73 |

# 1 INTRODUÇÃO

A palavra “Maquiavélico” aparece hoje nos dicionários como sinônimo de “mau”, “dissimulado”, “tirano” ou “velhaco”. Isto se deve principalmente aos atritos de Nicolau Maquiavel com a Igreja Católica que tratou de censurar sua obra e demonizar o seu nome. De qualquer forma, é inquestionável o impacto causado por seu trabalho mais difundido que foi considerado por muitos de seus contemporâneos como uma apologia ao Mal e ao Despotismo.

No entanto, diferentemente do que aponta o senso comum, este humanista de Formação nunca colocou o conhecimento deixado pelos antigos a serviço de nenhum Tirano ou líder militar inescrupuloso. Muito pelo contrário, o estudo cuidadoso do conjunto da sua obra revela um homem justo, benevolente com as camadas populares, patriota e de fortes inclinações republicanas. Na realidade, alguns filósofos do quilate de Baruch de Espinoza e Jean-Jacques Rousseau admiraram seus escritos por interpreta-los como lições aos governados disfarçadas de conselhos aos governantes.

À esta interpretação que se tornou corrente em meios acadêmicos no século passado nos referiremos como “Maquiavelianismo”, em oposição ao “Maquiavelismo” identificado no imaginário popular com a astúcia e a imoralidade. Pois, o primeiro consiste no verdadeiro legado do secretário florentino e o último em uma distorção promovida pela propaganda da contra-reforma ou ainda por escritores de limitadas qualidades intelectuais, tal como Frederico II da Prússia.

Não obstante, o aspecto republicano da obra maquiaveliana pode facilmente ser identificado na leitura dos seus *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Esta, sim, consiste na verdadeira obra-prima de um autor dedicado à causa da liberdade que servira durante longos anos ao preencher os quadros burocráticos da república florentina. Todavia, a verdadeira natureza do governo republicano preterido por Nicolau Maquiavel para a sua terra natal, não esta bem definida.

Para alguns autores como Antonio Negri e Hiram Haydn, Maquiavel foi uma espécie de precursor da democracia moderna marcada pelos princípios da autodeterminação e da soberania popular que poderiam ser induzidos de seu

favorecimento das camadas populares. Enquanto que outros, como Leo Strauss e Norberto Bobbio, vêem no republicanismo maquiaveliano apenas um reflexo da própria Itália renascentista marcada por republicas aristocráticas ou proto-democráticas.

Particularmente, acreditamos que o secretário florentino fora fortemente influenciado pelo humanismo cívico que marcara toda a renascença italiana e inaugura o pensamento político moderno. Alguns indícios deixados por Maquiavel são a sua releitura dos autores clássicos, a reabilitação feita dos princípios estoicos e a forma original com que identificou a incompatibilidade entre o cristianismo e os valores republicanos. O italiano ainda é considerado por muitos como o primeiro teórico da modernidade devido ao estabelecimento de um campo de reflexão autônomo da moral religiosa. Não por acaso, sua obra inspirou outros gênios do porte de Rousseau, Spinoza e Hegel.

No entanto, talvez sua maior contribuição tenha sido a difusão de um léxico republicano que influenciaria decisivamente as chamadas revoluções atlânticas que dariam origem aos modernos estados nação na França, E.U.A e Reino Unido. Estes eventos históricos ocorreram em circunstâncias muito diferentes uma das outras e dariam origem a doutrinas muitas vezes divergentes entre si acerca do Republicanismo moderno, seus verdadeiros propósitos e o tipo de cultura cívica a ser cultivada no imaginário coletivo.

A nosso ver, isto se deve a própria facilidade com que o pensamento maquiaveliano pode ser apropriado e utilizado pelas mais diferentes correntes políticas, o que infelizmente dá ensejo a muitas distorções. O próprio conceito de *virtù* abrange uma enorme variedade de significados que podem restringi-la à mera virtude cívica ou estende-la ao ponto de contemplar diferentes preceitos morais. Portanto, parece razoável classificar a *virtù* maquiaveliana como um significante flexível, conforme a Teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau em sua *Razão Populista*.

Falando em populismo, não podemos cometer o erro de classificar o republicanismo maquiaveliano como popular. Lembremos que tanto o populismo como a soberania popular eram conceitos ainda embrionários na filosofia renascentista e somente ganhariam sua forma definitiva posteriormente durante as já mencionadas revoluções atlânticas do setecentos. Ademais, o próprio Nicolau

Maquiavel era um integrante do elemento médio da sociedade florentina e como demonstraremos ao longo deste trabalho buscou apenas estender a participação política ao estamento social da qual pertencia, a rigor o *popolo grasso* que consistia na burguesia incipiente do final do quatrocentos e início dos quinhentos.

Não obstante, o secretário florentino forneceria um arsenal retórico que estaria no próprio embrião dos modernos movimentos de massa. Isso fica evidente na maneira com que seu programa político foi adaptado para atender as necessidades tanto da extrema direita (Benito Mussolini) quanto da extrema esquerda (Antonio Gramsci), o que infelizmente apenas colaborou para reforçar o mito do *Maquiavelismo* e a sua associação com regimes autoritários.

Nosso objetivo nesta dissertação consiste em um primeiro momento em identificar a verdadeira essência do republicanismo preterido por nosso autor, em conjunto com a sua concepção de Estado e o papel reservado para as camadas populares nele. Em seguida, nos debruçaremos sobre a já referida teoria laclauliano do discurso para identificar como Maquiavel colaborou para desenvolver um léxico republicano facilmente apropriado pela mais diferentes correntes políticas. No percurso ainda pretendemos analisar a sua concepção da história, a sua interpretação do fenômeno religioso, suas colaborações para o ideário político moderno e a sua rivalidade saudável com Francesco Guicciardini.

## 2 A ÉPOCA E A VIDA DE NICOLAU MAQUIAVEL

Sugerimos começar esta dissertação não pela análise do pensamento maquiaveliano propriamente dito, mas sim com um apanhado geral da época em que viveu nosso autor com suas inovações e contradições. O período histórico conhecido atualmente como renascença foi durante muito tempo englobado pelos historiadores dentro da Idade Média com algumas esparsas referências ao “renascimento da cultura e das artes” entre os séculos XIV a XVI.

A delimitação da Renascença como um marcador temporal distinto das Idades Média e Moderna somente ganhou força durante o século XIX, graças aos trabalhos de estudiosos como Jules Michelet e Jacob Burckhardt. Em especial, o último ganhou notoriedade ao caracterizar o período por um espírito próprio que romperia com a identidade coletiva predominante no Medievo. Posteriormente, autores do século XX como Hans Baron questionariam essa concepção Burckhartiana da história ao enfatizar o caráter coletivista do período através do advento do humanismo cívico. Nossa intenção nesta sessão é justamente delimitar alguns destes conceitos teóricos para uma melhor compreensão do período.

Ademais, gostaríamos de apresentar uma breve biografia de Nicolau Maquiavel com o intuito de esclarecer a sua posição político-filosófica acerca dos acontecimentos de seu tempo. Devemos ter em mente que apesar de seus apelos ao elemento popular para preservar a república, o mestre renascentista viveu muito antes da democracia moderna se concretizar. Em especial, destacamos aqui sua origem abastada e suas conexões com figuras chaves da administração pública de sua cidade natal.

### 2.1 A Renascença segundo Jacob Burckhardt:

Ao longo do século XV, a Europa passaria por um conjunto de transformações econômicas, sociais, políticas e científicas que marcariam sua ascensão como potência global e o começo da chamada Idade Moderna. Uma das mais notáveis transformações da época foi proporcionada pela invenção da

imprensa por Gutemberg. Esta nova tecnologia permitiu uma maior difusão do conhecimento e conseqüentemente o fim do monopólio do saber que se colocava sob o poder da Igreja Católica. Na realidade, a possibilidade da leitura individual e reflexiva ao alcance de cada homem significou uma mudança não desprezível na própria forma de aquisição do conhecimento, principalmente pelo acesso a perspectivas e experiências variadas, áreas não mais vinculadas aos dogmas religiosos.

Concomitantemente, temos a redescoberta dos valores da antiguidade clássica sobretudo da civilização Greco-Romana. A revalorização das obras dos autores clássicos influenciaram todo o movimento renascentista em campos tão distintos quanto as artes plásticas e a filosofia. Em um instante, era como se voltassem a vida personalidades do tamanho de Virgílio, Horácio, Homero e Cícero com suas lições de oratória, moral e política; todas ainda de grande uso para o homem moderno.

Essa revalorização da cultura clássica feita pelos intelectuais dos quatrocentos e quinhentos é por vezes chamada de Humanismo. Seus artífices eram homens de vasto conhecimento e versados em muitas línguas, o que os permitiu conduzir com destreza uma série de estudos filológicos que resultaram na adaptação das lições contidas nos manuscritos antigos aos tempos modernos. Por isso, a Renascença não poder ser resumida em uma simples reprodução dos principais trabalhos deixados pelos autores clássicos. Como bem destacou o professor Newton Bignotto (2001, p.17), o conceito não é sempre de fácil delimitação:

Genericamente, o termo Humanismo diz respeito a todas as filosofias centradas no homem, ou que têm por base uma consideração privilegiada da posição humana no mundo. Em outras palavras, trata-se de uma tomada de posição em favor do homem e, não necessariamente uma reflexão sobre ele, o que constitui o núcleo de uma Antropologia filosófica.

Não obstante, o conceito é fundamental para a compreensão do período. Ainda hoje, a maior parte dos debates acadêmicos sobre a Renascença gira em torno da verdadeira natureza do movimento humanista. Esta corrente literária poderia abranger tanto uma concepção individualista acerca do trabalho intelectual ou a sua utilização em benefício de toda a comunidade. De fato, o único consenso entre os

especialistas é que entre os séculos XIV a XVI, a civilização ocidental tomou um rumo que não poderia mais ser desfeito nem mesmo pela forças mais reacionárias da contra-reforma.

Em meados do século XIX , este período de transição entre o Medievo e a Modernidade finalmente ganharia a alcunha de “Renascença” e passaria a ser encarado como um marco temporal próprio. Esta mudança na historiografia do período se concretizou em grande parte através da popularização dos trabalhos de Jacob Burckhardt, que ressaltara a existência de um espírito próprio para a época, o que colaborara para a ruptura com as amarras intelectuais do Medievo.

Em sua *Civilização da Renascença*, o autor suíço credita as conquistas do período ao advento da autonomia individual que permitiria ao homem dominar a natureza e transformá-la mediante uma atitude criadora diante do mundo. Assim, o ideal cristão de contemplação à paixão de Cristo e à experiência transcendental que prevalecera durante o Medievo, seria gradativamente substituído por uma postura criadora por parte do homem que finalmente alcançaria a mais pura perfeição.

Lembremos, aqui, do afresco *A Criação de Adão* uma das maiores obras artísticas de todos os tempos e que só poderia ser concretizada por um gênio individual como Michelangelo. Ainda, segundo as palavras do célebre historiador da Basileia (p.81, 1991):

“ Na Idade Média, os dois lados da consciência humana - aquele voltado para o interior e o outro, para o exterior - jaziam ou semiadormecidos ou semidespertos, sob um véu comum. Véu tecido de fé, ilusão e preconceitos infantis, através do qual o mundo e a história eram vistos com tonalidades estranhas. O homem só estava consciente de si próprio como membro de uma raça, de um povo, de um partido, de uma família de uma corporação - somente através de alguma categoria geral. Foi na Itália que este véu se desfez primeiro; um tratamento *objetivo* do Estado e de todas as coisas deste mundos tornou possível. Ao mesmo tempo, o lado *subjetivo* se afirmava com ênfase correspondente; o homem se tornava um indivíduo espiritual, e se reconhecia como tal”.

Ainda segundo Burckhardt, uma série de fatores explicariam o desenvolvimento do pensamento individual durante a Renascença: uma liberdade municipal considerável, a completa separação entre Igreja e Estado, a ausência de proibições à exibição da cultura/riquezas e principalmente (o mais contraditório que isso possa parecer) o despotismo que prevalecia nas comunas italianas da época.

Para o suíço, o desejo de tirar o maior proveito possível do gozo do poder levaria os homens a um maior grau de conhecimento tanto da sua natureza interna quanto de seus supostos recursos externos; aqui nos referimos aos cortesãos, relegados pelos tiranos à categoria de simples instrumentos nas suas disputas palacianas.

Todavía, não tardaria para que os déspotas da renascença tratassem de recrutar humanistas de formação para assessorá-los na administração dos negócios de Estado. Como é de se imaginar a competição entre esses homens de letras era estritamente acirrada, não raro com o emprego de todos os meios necessários para não apenas refutar como aniquilar seus adversários. Nas palavras de Burckhardt (p. 163,1991), “dentre todos os homens que algum dia formaram uma classe, eles foram os que tiveram menos sensibilidade para interesses comuns”.

Portanto, a concepção do “Estado como uma obra de arte” é marcada pela ação de um gênio individual no âmbito institucional. Assim, a constituição política somente poderia ser obra de um grande estadista disposto a sacrificar tudo pela sua simples perpetuação no poder. Como poderemos ver ao longo desta dissertação, o celebre historiador da Basileia não poderia estar mais enganado. Entretanto, no momento nos contentaremos com a crítica feita por Hans Baron (p.388-389, 1993, *nossa tradução*) em seus respectivos ensaios:

Aun antes de 1800 los filósofos y los historiadores europeos trataron de identificar los factores dentro da sociedade italiana que pudieron haber sido responsables del notable florecimiento de la cultura en la península; y a principio del siglo XIX, dos teorías complementarias han surgido, em forma gradual, com el fin de explicarlas. Una lo atribule al poder estimulante de la competencia dentro y entre las ciudades-Estado libres; fue esta teoría resultado de una idea surgida en el siglo XVIII inglés y cuya pista puede ser seguida hasta Hume (quien la empleó para referir-se a la Antigüedad, pelo que tenía demasiados prejuicios en contra de la política y la literatura italianas de finales de la época medieval). Fue propusera en forma más madura en el *Essay on the History of Civil Society* (1767) de Adam Ferguson, en el que se sostiene que quando dentro de las sociedades libres varias clase diferentes de hombres reaccionaran en relación a un desafío común, toda forma concebible de energía humana es liberada y el compromiso y “el esfuerzo” devienen el mayor estímulo para la cultura [...] El segundo acertamento lo estimuló el elogio que hizo Rousseau de la soberanía popular y la democracia directa en los Estados pequeños. Bajo la influencia de sus primeros años pesados en Ginebra, la participación de un ciudadano de pleno derecho en el gobierno de su ciudad *patria* le pareció un aguijón aún más efectivo para lograr el vigor cívico que la “turbulencia”. Durante el tiempo en que Ginebra estuvo bajo la férula de Napoleón, el compatriota de Rousseau, Simonde de’ Sismondi, extrato a partir de las ideas de Rousseau un estudio comparativo sobre el efecto de las antiguas ciudades-Estado griegas y las medieval italianas sobre la conducta y el concepto de la vida de sus ciudadanos [...] En la obra de Adam Ferguson y en la de Sismondi encontramos

las semillas de una interpretación que relaciona intimamente el cambiopsicológico e intelectual con la vida política ciudadana. Algunos historiadores del período romántico que siguió llevaron este enfoque aún más lejos.

[ Ainda antes de 1800, os filósofos e os historiadores europeus trataram de identificar os fatores dentro da sociedade italiana que poderiam ter sido responsáveis pelo notável florescimento da cultura na península; e no começo do século XIX, duas teorias complementares haviam surgido, de forma gradual, com o fim de explicá-la. Uma a atribui ao poder estimulante da competência dentro e entre as comunas livres; foi esta teoria resultado de uma idéia surgida no século XVIII inglês e cuja pista pode ser seguida até Hume (quem a empregou para referir-se a Antiguidade, pelo que teria muitos preconceitos contra a política e a literatura italianas do final do período medieval). Foi proposta de forma mais madura no *Essay on the History of Civil Society* (1767) de Adam Ferguson, em que se sustenta que dentro das sociedades livres várias classes de homens reagiram em relação a um desafio comum, toda forma concebível de energia humana é liberada e o compromisso e “o esforço” se tornam o maior estímulo para a cultura {...} A segunda abordagem estimulou o elogio que fez Rousseau acerca da soberania popular e da democracia direta nos pequenos Estados. Sob a influência de seus primeiros anos passados em Genebra, a participação de um cidadão de pleno direito no governo de sua cidade *pátria* lhe pareceu um impulso ainda mais efetivo para conquistar o vigor cívico do que a mera “turbulência”. Durante o tempo em que Genebra esteve sobre o jugo de Napoleão, o compatriota de Rousseau, Simonde de’ Sismondi, extraiu das idéias de Rousseau um estudo comparativo quanto ao efeito provocado nas antigas cidades-estado gregas e nas suas correspondentes medievais italianas sobre a conduta e o conceito de vida de seus cidadãos {...} Nas obras de Adam Ferguson e Sismonde encontramos as sementes de uma interpretação que relaciona intimamente a transformação psicológica e intelectual com a vida política cidadã. Alguns historiadores do período romântico que se seguiu, levaram este enfoque ainda mais longe].

Com isto, podemos concluir que apesar de sua extrema popularidade, ao ignorar os indícios já disponíveis em sua época, o historiador suíço acabou por realizar uma pesquisa seletiva com resultados fortemente tendenciosos. Corroborava para esta interpretação o fato de que Burckhardt ter vivenciado o apogeu do Liberalismo que em meados do século XIX se torna a ideologia predominante nos círculos intelectuais e em especial entre os membros da classe social com que melhor se identificava: a pequena burguesia.

Logo, ao enfatizar um suposto individualismo no espírito da renascença, o notório cidadão da Basileia apenas colaborou para propagar um verdadeiro anacronismo, uma vez que o mesmo se desenvolvera em um período posterior já sobre a tutela do Liberalismo com que nosso autor parecia tanto se identificar. A própria concepção de Gênio individualista sem quaisquer laços com a comunidade

foi muito criticada por estudiosos posteriores que se tornariam os inventores da expressão “*humanismo cívico*”.

Este, por sua vez, pode ser compreendido como uma concepção ativa da vida pública que almejaria o bem estar coletivo através do aperfeiçoamento da comunidade em um plano puramente terreno. Assim, ao contrastar o individualismo de Burckhardt com uma revalorização do ideal comunitário presente desde a filosofia clássica, esses historiadores lançaram as bases para uma nova interpretação do período renascentista.

Agora, a transição para a modernidade não seria mais explicada por meio da ação individual de determinadas personalidades históricas, mas sim através do advento de novas idéias e formas de organização social que buscariam romper com o ideal medieval da vida passiva reservada à mera contemplação da vontade divina.

## 2.2

### **A formação do Humanismo Cívico:**

O conceito de *humanismo cívico* foi desenvolvido por Hans Baron, historiador teuto-americano que se tornaria uma unanimidade no campo da História das idéias, inclusive influenciando o desenvolvimento da chamada *Escola de Cambridge*. Será justamente a esta abordagem historiográfica que nos dedicaremos nesta sessão, mas antes precisamos voltar um pouco no tempo para analisar os antecedentes deste movimento político-literário no período medieval.

De certa forma, Santo Agostinho foi um dos grandes filósofos Medievais e o primeiro a formular uma percepção cristã da vida política. Em sua *Cidade de Deus*, afirma ser apenas Deus o criador do Universo e principal responsável por todos os eventos mundanos. Por sua vez, ao descender diretamente da linhagem de Adão, o homem estaria condenado a uma vida miserável sob a condição de pecador, da qual emana o próprio instituto da servidão com o subsequente cerceamento da liberdade civil.

Nestas condições, os homens deveriam simplesmente se submeter à autoridade política sob a expectativa de que a Paz eterna fosse finalmente alcançada. Portanto, o Estado não passaria de um desdobramento da própria imperfeição humana e os governantes seriam meros executores da vontade divina. Desta forma,

o destino da humanidade apenas poderia ser traçado pela própria providência, o que restringia a ação humana a pura observação dos eventos naturais sem a menor possibilidade de alterá-los. Era a gênese do conceito de *vita passiva* que se tornaria inerente à própria mentalidade medieval.

De fato, as idéias agostinianas seriam amplamente distorcidas pela Igreja Católica em suas disputas com o Império Romano ou o seu herdeiro direto, o Sacro Império Germânico. Deste modo, os papas associariam a Igreja à “Cidade de Deus” e o poder temporal às cidades terrenas, com a correspondente supremacia do primeiro sobre os últimos. O papado ainda faria uso de um embuste, a chamada “Doação de Constantino” em que este imperador supostamente teria cedido ao Papa Silvestre I seus poderes sobre a parte Ocidental do Império, após a transferência de sua corte para a nova capital em Constantinopla. Ademais, o Papa Bonifácio VIII assinaria em 1302 uma Bula que teoriza a instauração do Poder temporal pelo Espiritual, assim legitimando a capacidade do pontífice de julgar e suspender os Sacro Imperadores Germânicos.

Felizmente, o século XIII passou por uma reabilitação dos escritos aristotélicos, traduzidos diretamente do árabe, em que haviam sido compilados pelos estudiosos orientais. Coube a Santo Tomás de Aquino adaptar o pensamento aristotélico aos dogmas cristão em uma abordagem que inauguraria a *escolástica*, razão pelo qual o mesmo foi agraciado com um título de doutor e autorizado a lecionar na Universidade de Paris.

A importância do Tomismo está no fato de ter sido a primeira corrente filosófica a introduzir uma distinção coerente entre a lei eterna, a lei natural e a lei humana. A primeira consistiria nos fundamentos extraídos diretamente das escrituras, o segundo na própria metafísica e o último no Direito positivo. Ainda segundo Aquino, a própria natureza decaída do homem o impedia de compreender a vontade divina em toda a sua plenitude, o que o autorizaria o uso acessório da fé (sempre prevalecente) e da razão nos trabalhos legislativos.

De qualquer forma, nosso doutor não apenas reconhece a vida política *de facto* através da busca pelo princípio absoluto do “Bem Comum”, como determina que este fim somente pode ser alcançado mediante o estabelecimento de uma autoridade superior. Esta conclusão provém da própria natureza unitária do poder divino, cujos monarcas estariam sujeitos para concretizar seus objetivos políticos.

Em outros termos, o poder temporal continuava subordinado ao espiritual e os súditos vinculados aos seus respectivos suseranos.

Posteriormente, o século XIV veria uma série de debates político-teológicos que sacudiriam as fundações do pensamento medieval. Um dos primeiros a questionar tais princípios foi Dante Alighieri, cujo pensamento político é facilmente extraído do manuscrito *De Monarchia*. Para o exímio poeta florentino, a realização completa da humanidade somente poderia ser alcançada mediante o advento da paz eterna entre os homens. Tal fim somente poderia ser atendido através da ação de uma Monarquia Universal, cujo Direito seria capaz de reorganizar a totalidade do Gênero humano conforme a própria providência.

Na sua percepção histórica, as surpreendentes vitórias militares do Império Romano seriam meramente manifestações do desejo divino, o que habilitava este Estado à condição de Monarquia Universal supracitada. Ainda segundo Dante, o nascimento de Cristo dentro de território romano não era mera coincidência, mas sim um indício de que a humanidade só poderia ser salva por esta entidade, cujos súditos constituiriam a totalidade do gênero humano. Observem ainda, que no momento do nascituro ocorria o respectivo recenseamento dos próprios dependentes de Roma.

Em seguida, Dante questiona a validade da “Doação de Constantino” ao argumentar que o poder político fora delegado ao imperador sem que este pudesse simplesmente dispor do mesmo. Deste modo, foi refutada a prevalência do poder espiritual sobre o temporal, que a partir de então passaram a ser encarados como duas esferas autônomas. No entanto, observem que o gênio florentino utilizou tanto a lógica quanto a teologia em sua argumentação.

Dante também fez uso da história romana, ao enfatizar o papel dos imperadores no desenvolvimento das instituições e na introdução de novas leis. Por exemplo, em sua *divina comédia* o florentino descreve César como o grande estadista por trás da renovação do Império e condena Brutus ao último círculo do inferno, reservado aos regicidas classificados dentre os piores criminosos. Esta interpretação seria compartilhada pelos primeiros humanistas cívicos com destaque para Francisco Petrarca e Coluccio Salutati, embora posteriormente tornaria-se fonte de severas críticas por parte de uma nova geração encabeçada por Leonardo Bruni.

Não obstante, o trezentos passaria pela consolidação da Liberdade Republicana no seio das comunas italianas através do advento da “doutrina das duas gladies” que procurou estabelecer argumentos teóricos para justificar a independência destas perante o Sacro Império e o Papado. Em especial, o estudo do Direito romano e da retórica floresceu nas principais universidades do período, a tal ponto que os *ditatores* medievais se tornariam os principais antecessores do movimento humanista.

Dentre estes, Bartolo Saxoferrato se destacou ao questionar a autoridade Imperial sobre as comunas italianas. Segundo o mesmo, o pensamento político dantesco se equivocara ao realizar uma interpretação inadequada do conceito de *Imperium*. Este, por sua vez, não se referiria ao Sacro Império Germânico, mas sim a capacidade de aplicar a legislação dentro de um determinado território. Ocorria que já no período medieval as cidades do centro e norte da península itálica possuíam jurisdição própria, o que afastaria quaisquer pretensões imperiais oriundas dos territórios ao norte dos Alpes.

Em relação ao Pontificado, caberia a Marsílio de Pádua encontrar uma forma de refutar qualquer interferência do poder espiritual sobre a organização interna das comunas. Afinal, foi das *Epístolas de São Paulo aos Romanos* que o mesmo extraiu a doutrina do “Conciliarismo”. Esta consiste no entendimento de que a vontade de Deus se manifesta apenas por meio de um concílio que abrangeria tanto clérigos quanto leigos com o seu respectivo veredito final emanando exclusivamente das autoridades civis. Afinal, como dizia o antigo adágio romano “a voz de Deus, era a voz do povo”.

Deste modo, as competências correspondentes às autoridades civis e eclesiásticas eram finalmente demarcadas, o que em última instância levaria à divisão definitiva entre os campos filosófico e teológico. Alguns estudiosos ainda indicam o “Conciliarismo” como a primeira formulação do princípio da soberania popular na história das idéias, embora o entendimento majoritário seja de que apenas a cisão do conceito de autogoverno de qualquer resquício do fenômeno religioso caracterizaria este princípio.

Finalmente, em meados do século XIV temos a descoberta por Petrarca das epístolas de Cícero com seu indiscutível legado republicano. O ensinamentos contidos nestes manuscritos seriam amplamente utilizadas para orientar a

organização das comunas italianas que passariam por “um abandono progressivo do papel de Deus nas concepções de Vida Pública” (BIGNOTTO, 2001, p.31). Por isso, o evento é geralmente apontado como o marco inicial do movimento humanista e catalizador natural de todo o processo de revalorização do mundo clássico.

A própria origem etimológica do movimento está no termo empregado por Cícero para designar uma educação que enfatizasse o desenvolvimento de determinadas “virtudes cardeais” no caráter de todo o homem público por excelência. Após a descoberta de Petrarca, a expressão “*studia humanitatis*” passaria a ser utilizada para se referir ao estudo específico dos campos da gramática, retórica, poesia, história e filosofia moral. Assim, uma nova geração de leitores estaria capacitada a assimilar as lições deixadas pelo velho historiador e político romano.

Surpreendentemente, os primeiros humanistas não identificaram qualquer incompatibilidade entre a *humanitatis* “pagã” com a doutrina cristã. Na realidade eles tendiam a interpretar a literatura clássica segundo os preceitos cristãos, o que supostamente facilitaria a real compreensão destas inquestionáveis dádivas divinas. Por isso, ao desenvolver os conceitos de *Vita Activa* e *Vita Passiva*, Petrarca os descreveria como princípios complementares.

Outra peculiaridade dos primeiros humanistas seria a sua tentativa de conciliar os princípios do pensamento ciceroniano com a concepção dantesca da Monarquia Universal. Deste modo, Petrarca e *Salutati (De Tyranno)* buscariam legitimizar o Cesarismo através da conduta magnânima de seu líder e da preservação da leis em um contexto de crescente corrupção institucional. Portanto, nesta primeira fase teríamos um humanismo favorável ao Governo monárquico, apenas apresentando uma postura crítica em relação a determinadas personalidades históricas, por vezes descritas como egoístas e particularmente cruéis.

Por isso, a história nunca deve ser encarada como uma progressão e sim como um pêndulo, em que avanços e retrocessos se combinam aleatoriamente com o transcorrer do tempo. Talvez as palavras do prof. Newton Bignotto (2001, p. 29) retiradas diretamente de seu *Origens do Republicanismo Moderno* possam ser mais esclarecedoras:

De nossa parte, procuramos, então, abordar os textos escolhidos a partir de uma dialética entre continuidade e descontinuidade. Aceitando que o Renascimento se forma através de debates e descobertas, que vão lentamente se infiltrando na cultura italiana, procuraremos mostrar como aos poucos se foi formando um pensamento político inteiramente diverso daquele concebido pelos juristas e canonistas medievais, assim como pelos pensadores escolásticos. [...] Assim, ao contrário de muitos dos interpretes citados, buscaremos esclarecer os vínculos dos humanistas com o passado na esperança de deslindar suas diferenças e o ponto de partida para a criação de suas novidades conceituais.

De qualquer forma, o final do trezentos viu a expansão do ducado de Milão, sob o comando de Gian Galeazzo Visconti, por todo o norte e centro da península itálica com única exceção da comuna de Florença. Curiosamente, o chanceler da República Florentina a época era o próprio Coluccio Salutati, cuja a defesa da liberdade em sua cidade natal pode ser facilmente identificado na sua resposta oficial à declaração de Guerra feita por Galeazzo em meados de 1390 e nas suas infrutíferas tentativas de atrair aliados para a causa de sua pátria.

Apesar da aparente contradição com as suas já mencionadas convicções políticas, a conduta do chanceler humanista foi de apelar aos seus concidadãos para se empenharem na defesa final de sua terra natal. De fato Galeazzo contraiu uma peste que causaria a sua repentina morte nos idos de 1402, adiando assim os sonhos de uma Itália unificada em mais de quatrocentos anos. Não obstante, este evento produziu um forte fervor patriótico entre os florentino que apesar de favorecidos pela mais pura sorte passaram a associar a sobrevivência de sua cidade natal com o respectivo cultivo da virtude por seu povo.

Em *The Crises of the Early Renaissance*, Hans Baron credita a este evento particular o estopim de todo o movimento do "Humanismo Cívico", em que logo se destacaria Leonardo Bruni pelos seus esforços em resgatar as origens republicanas de Florença. Por exemplo, no seu *Elogio* a explicação tradicional da fundação da cidade por Júlio Cesar é substituída pela ação de Silas durante a primeira guerra civil, já no final do período republicano de Roma.

O historiador de Arezzo também é apontado como o primeiro questionador formal das instituições monárquicas e um difusor sistemático do chamado “*ethos* republicano”. Ao menos é o que indica a leitura de suas *Orações*, em que atribui às suspeitas dos Reis em relação aos seus súditos como principal empecilho ao

florescimento das virtudes em uma cidade. Da mesma forma, uma república livre alcançaria tal fim através de um mecanismo de competição por cargos públicos que conduziria os seus cidadãos a uma constante busca pela excelência individual.

Como se não fosse o bastante, a publicação de o *Novo Cícero* daria um novo significado à expressão “*studia humanitatis*”. Neste trabalho Bruni se refere a mesma como um campo de estudos exclusivo dos empreendimentos humanos, assinalando pela primeira vez a prevalência da conduta da *Vita Activa* sobre a postura contemplativa da *Vita Passiva*. Desta forma, Bruni se tornaria uma espécie de precursor da modernidade, inclusive antecipando algumas das inovações introduzidas por Maquiavel quase cem anos depois.

Ainda segundo este sentido, a “*studia humanitatis*” seria finalmente vinculada a uma pedagogia voltada para a formação dos cidadãos, conforme atesta uma série de manuais sobre o assunto. Por exemplo, Pier Verrgerio destacará em sua *De ingenuis moribus* que uma boa educação não depende de berço e uma vez adquirida jamais se perderia. Da mesma maneira, Buonacorso da Montemagno irá ainda mais longe ao afirmar em seu *De nobilitate* que a virtù nada mais é do que “a sede da alma”. No entanto, estas iniciativas não podem ser confundidas com o ideal moderno da “educação universal” que apenas seria concretizado séculos mais tarde. De qualquer forma, já vemos os primeiros contornos do conceito de igualdade formal sendo elaborados aos poucos pelos humanistas.

Outra faceta desta preocupação com a pedagogia é a tentativa de estabelecer uma ética adequada para os homens públicos, o que levaria os humanistas a ultrapassar os próprios valores cristão herdados do passado medieval. Um bom exemplo disto é a *Vita Civile*, em que seguindo a doutrina dos antigos pensadores estoicos Palmieri incentivará o serviço à utilidade comum da cidade em detrimento da reclusão privada. Já em *Della Famiglia*, Alberti descreverá a história como uma constante luta entre a *virtù* e a *fortuna*, na qual a última sempre prevalece sobre a primeira. Assim, a decadência dos grandes Impérios como Roma se deveria mais a perda da capacidade de bem agir de seus cidadãos do que propriamente a ação da Fortuna.

Recentemente, o prof. Quentin Skinner questionaria o próprio conceito de humanismo cívico, ao enfatizar o papel dos *ditatores* medievais na redescoberta do conceito de liberdade republicana. Na realidade, em seu monumental *As fundações*

*do pensamento político moderno* este autor restringe a importância dos humanistas ao mero desenvolvimento de uma nova metodologia para o estudo da *Filologia*. Desta maneira, o republicanismo clássico apenas teria ganhado uma nova abordagem com os humanistas cívicos que estariam a par das principais inovações introduzidas pelos acadêmicos medievais.

Todavia, voltamos a frisar que o resgate deste legado republicano proveniente da antiguidade clássica viria acompanhando de uma inevitável redescoberta dos princípios originais da filosofia estoíca com uma dinâmica distinta da que lhe atribuíra a Igreja de Roma. Afinal, este fenômeno está na própria essência de todo o movimento humanista que através das maravilhas da Renascença encaminharia toda a civilização ocidental lentamente em direção à modernidade.

No epicentro deste processo se encontrava um homem, cuja a genialidade moldaria o próprio mundo em que vivemos hoje com todas as suas realizações e contradições. Será em relação a vida deste homem que nos voltaremos a partir de agora.

### **2.3** **Breve biografia de Nicolau Maquiavel:**

A Família “Machiavelli” era uma das mais antigas da Florença, pertencente ao *popolo grasso* e aliada ao partido *guelfo*. Seu patriarca Bernardo Dei Machiavelli possuía um doutorado em direito e inscrição na guilda dos advogados da mesma cidade, além de exercer o cargo de tesoureiro na comuna de Ancona. Sua fortuna e posição social privilegiada podem ser constatadas de seu casamento com Bartolomea Nellini, poetisa oriunda de nobre e tradicional família.

Desde cedo, o pequeno Nicolau recebera uma educação humanista como era comum entre a elite letrada da Época. Na prática isto significava dominar com perfeição o latim para continuar seus estudos acerca da obra dos grandes autores do período clássico. Seguindo o exemplo do Pai, Maquiavel ainda se dedicou ao estudo das Leis e do Digesto Justiniano, o que mais tarde possibilitaria seu ingresso na carreira Pública, mediante a função de escrivão da Segunda Chancelaria.

Na república florentina, a primeira chancelaria era responsável por assuntos externos e questões de guerra, enquanto a segunda lidava com todas as questões ligadas aos assuntos internos e à burocracia doméstica. Contudo, embora originalmente os papéis das chancelarias estivessem bem delimitados; no momento em que Maquiavel foi indicado, por volta de 1494, as funções se sobrepunham com frequência.

Não obstante esta incongruência institucional, naquele cargo Nicolau Maquiavel tivera seu primeiro contato com os negócios de Estado, sempre sobre a orientação de seu superior imediato, Marcelo Virgílio Adriani. Devem-se justamente a sua sólida formação e capacidade intelectual, o êxito em tarefas como preparar atas, escrever cartas e relatórios oficiais; o que proporcionaria a sua rápida ascensão nos quadros administrativos de Florença.

Foi o que se viu em Junho de 1498, quando o agora Chanceler Adriani promovera o jovem Maquiavel para o prestigioso cargo de secretário da Segunda Chancelaria. Assim, passaram a ser suas incumbências o registro das deliberações do Conselho da República, a correspondência política e grande parte das relações diplomáticas, além da redação de tratados e da organização das forças armadas. Simultaneamente, exerceria 23 legações no exterior e inúmeras outras missões no interior.

A primeira delas foi em 1499, quando negociou a prorrogação de um empréstimo para a condessa de Forli e Imola, Catarina Sforza. Em outubro de 1502, contra a sua vontade, Maquiavel foi enviado à Romanha, a fim de observar a atuação de César Bórgia, ocasião em que testemunhou o assassinato dos inimigos do mesmo. Curiosamente, Maquiavel se tornou um grande admirador do Duque Valentino em quem via a combinação perfeita de prudência e audácia somados à crueldade e à falta de escrúpulos.

Voltando a Florença em Janeiro de 1503, retomou os estudos sobre a organização das milícias populares, mais do que nunca convicto do perigo resultante do emprego de tropas mercenárias. Por esse motivo, naquele mesmo ano escreveu para Soderini, o então gonfaloneiro (título do chefe de Estado na República Florentina), o *Discurso Sulla Provisone Del Danaro*, na qual defendeu a necessidade do emprego de verbas na organização da defesa do Estado, plano esse que resultou aprovado em Dezembro de 1506.

Com a morte do papa Alexandre VI (Pai de César Bórgia) e elevado ao Trono pontifical Júlio II, o poder dos Bórgia passou para o ocaso e surgiram as primeiras desordens na região central da Península Itálica. Maquiavel acompanhou o novo pontífice em sua campanha para submeter as cidades rebeldes na província da Emília. Foi por essa época que escreveu os seus *Decennali* e a comédia *Le Maschere*.

Depois de ter percorrido a Suíça, 1507, para entrar em contato com o Imperador Maximiliano, o que veio a ocorrer em Bozano, a fim de, em nome do governo de Florença, reclamar contra a excessiva contribuição exigida para custeio de sua coroação em Roma, Machiavelli exerceu uma embaixada junto ao rei Luís XII em Blois, em 1510. Dos conhecimentos então adquiridos resultou seu trabalho denominado *Ritratti Delle Cose Di Francia*.

Colocada em difícil situação entre a França e a Espanha, Florença via cada vez mais enfraquecer o governo de Soderini, enquanto o partido dos Medici começava a patentear o seu crescente poderio. Travada a batalha de Ravenna, os franceses tiveram de abandonar a Itália, e o cardeal Giovanni De Medici, que participara dessa mesma batalha, conduziu à Toscana um exército espanhol; os florentinos, em desespero, depuseram Soderini e entregaram o governo aos Medici.

Com isso, naturalmente, ocorreu a queda também de Maquiavel, que, destituído de suas funções em 7 de Novembro de 1512, foi exilado de sua cidade natal por um decreto de 17 do mesmo mês. Em Fevereiro de 1513, apontado como participante da conspiração de Pier Paolo Boscoli e Agostinho Capponi, foi preso e torturado, sendo libertado 15 dias depois em razão de anistia concedida pelo cardeal Giovanni De Medici, então tornado papa com o nome de Leão X.

Posto em Liberdade, Maquiavel recolheu-se com sua família a uma casa de campo de sua propriedade, situada a cerca de 10 quilômetros de Florença, na localidade denominada Santo Andar, em Percussina. Ali, vivendo em permanentes dificuldades econômicas, continuou sua vida intelectual, estudando e observando as causas e os efeitos da grandeza e decadência dos homens.

O resultado de suas reflexões está contido em um pequeno manuscrito intitulado *O príncipe* dedicado ao novo governante de Florença, Lorenzo de Medici. Hoje sabemos que a sua *Magnum Opus* foi na verdade uma astuta tentativa

de retornar à vida pública sem, no entanto, ter obtido sucesso, já que apenas recebeu como prêmio de consolação a nomeação do posto de historiógrafo da cidade de Florença.

Apesar deste revés, não se abala e em 1516 conclui *Os discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, no qual apresenta uma série de considerações críticas e políticas sobre a história romana. Nesta obra, Maquiavel expôs toda a sua sagacidade e tato de política experimentado por uma vida cheia de responsabilidade, de altos e baixos; contudo, está ela comprometida pela exposição de conceitos condenados pela moral cristã, embora sejam frequentemente postos em prática pela maioria dos homens públicos.

No ano de 1520, apresentava ao público mais dois escritos seus: a *Arte Della Guerra* e a *Vita di Castruccio*. O primeiro deles é um trabalho com certo aspecto metódico, no qual o autor ressaltar importância das milícias nacionais, procura demonstrar a ineficácia das fortificações, a prevalência da infantaria e a pouca importância da artilharia. O segundo, uma breve biografia do homem que de soldado da fortuna tornara-se governante da comuna de Lucca e soubera administrar as disputas entre os partidos *Guelfo* e *Gibelino* para desafiar as potências regionais.

Nesse mesmo ano, Machiavelli recebia do *Stúdio Pubblico* a incumbência de escrever a história de Florença, por ele entregue em 1524. Para muitos esta é a sua melhor obra, elaborada em um estilo antigo e cheio de magníficas descrições e grande majestade, em que se constata o espírito vívido e nervoso do autor. Fugindo à simples e fria narração dos fatos ocorridos, Nicolau relata as vicissitudes do povo, seus momentos de grandeza e suas horas de aflição, suas paixões e suas angústias, em seguida passa à análise das causas e das consequências dos fatos, para apontar uma orientação ao futuro; são as *Histórias Florentinos*.

Maquiavel foi, ainda, aproveitado em duas ou três missões de pequena importância, mas a experiência da vida pública já lhe fazia sentir que sua carreira chegara ao fim. Ainda escreveria algumas comédias, das quais merecem destaque *La Mandràgora* e *Belfagor*, ambas sátiras aos valores cristãos e aos privilégios do Clero. Em 1526, receberia do papa Clemente VII a incumbência de inspecionar o exército da liga formada contra Carlos V que não chegou a desempenhar, pois falecera em 21 de junho do ano seguinte, em sua querida Florença que acabara de

passar por uma restauração republicana. Ironicamente, o homem cujo o nome se tornara sinônimo de diabólico morrera confortado por todos os sacramentos da Igreja Católica.

### 3 DESVENDANDO O PENSAMENTO MAQUIAVELIANO

A Renascença foi marcada pela crescente instabilidade política na península Itálica que colocaria em risco a própria existência das cidades-estado italianas. Não pudera ser diferente, já que os Principados e Repúblicas da Península se encontravam em constante guerra entre si e frequentemente também se viam divididos no plano doméstico, o que por sua vez facilitava a intervenção militar de Potências estrangeiras.

Esta situação caótica levou muitos italianos a abandonarem o princípio do autogoverno, que já era conhecido pelo menos desde a Baixa Idade Média, para elegerem “*Signori*” com o propósito de manter sua cidades unidas ainda que por meios despóticos e violentos. Muitos humanistas aderiram a esta idéia e em seus escritos passaram a priorizar a segurança e a estabilidade interna do Estado em contraposição aos valores da liberdade republicana.

É principalmente em reação a este espírito derrotista compartilhado pela maior parte de seus contemporâneos que Maquiavel desenvolveu seus trabalhos políticos e literários. No entanto, antes de formular suas concepções originais acerca do Estado, o secretário florentino se voltara para o problema da fundação do mesmo. Deste modo, sua abordagem não diferia muito de outros estudiosos renascentistas que buscavam na análise da origem dos seus objetos de estudo identificar a sua verdadeira essência. Era acima de tudo o estudo da Ontologia que revelaria as leis naturais do universo, cujo os autores clássicos se referiam como metafísica.

#### 3.1 O Príncipe Novo e suas raízes Mitológicas:

Maquiavel inicia seus trabalhos com a retomada do “*organicismo*” para escrever sobre a política de seu tempo e dar conselhos aos Príncipes renascentistas. Este antigo conceito filosófico consistia na analogia entre o funcionamento do Estado e um organismo físico. Assim, do mesmo modo que o corpo humano

envelhece até morrer, o Estado também passaria por um processo de desgate que culminaria no seu respectivo fim. Entretanto, o Corpo político poderia ganhar uma sobrevida mediante a intervenção de um grande Estadista da mesma forma que um médico pode prolongar a vida humana.

Seguindo esta abordagem, o secretário florentino se debruçou sobre o fenômeno da gênese do corpo político que tal como o físico necessita de um parceiro para se constituir. Nos seus escritos será a figura do *Príncipe Novo* a responsável por desempenhar esta função de fundador, matéria a ser adquirida das lições veladas dos antigos, “os quais descrevem como Aquiles e muitos outros príncipes antigos foram confiados à educação do centauro Quíron” (Maquiavel, 2002, p. 138).

Aqui ficam claras as raízes mitológicas deste conceito, uma vez que o próprio Quíron descende diretamente de Cronos, o que o tornou excepcionalmente inteligente, ao ponto de aprender diversas ciências e artes com Apolo. Quíron ainda se notabilizou por ser um instrutor de “grandes príncipes”, o que permitiu transmitir importantes lições para heróis do porte de Aquiles e Ajax. De qualquer forma, o mais provável é que esta referência ao “mais sábio dos Centauros” parece ter sido uma consideração acerca do comportamento volúvel do príncipe que precisa saber dosar a violência bruta dos animais com a inteligência natural dos homens.

Mais considerações sobre a fundação dos Estados podem ser identificadas no trecho a seguir, selecionado dentre as reflexões de Leo Strauss (2005, p. 76-77) sobre o assunto:

O capítulo 6 (do *Príncipe*) é devotado ao tipo mais glorioso de *príncipes absolutamente novos*, isto é, àquilo que é menos comum e mais antigo. Os fundadores heróicos ali discutidos ascenderam às suas posições pela virtude e não pelo acaso, e sua grandeza revelou-se pelo sucesso em introduzir novos modos e ordens que diferiam profundamente do estabelecido, familiar e antigo. Eles se encontram no polo oposto em relação ao costumeiro e ao antigo e estabelecido, por duas razões opostas: foram inovadores antigos, inimigos do antigo [...] O herói do capítulo 7 (do *Príncipe*) é César Bórgia, que adquiriu seu principado por meio do acaso. A princípio ele é apresentado como um modelo para os novos príncipes. Mas, sem nada a dizer sobre o fato de que fracassou por causa de um grave erro cometido por ele mesmo, Bórgia não foi um príncipe absolutamente novo em um Estado inteiramente novo: ele é um modelo para aqueles novos príncipes que tentam promover mudanças em ordens antigas por meio de novas ordens em vez de sê-lo para os novos príncipes, como os heróis do capítulo 6 (do *Príncipe*), que tentaram introduzir novos modos e ordens.

Aparentemente, o “príncipe absolutamente novo” consiste em uma referência à figura do fundador de cidades na mitologia grega (*Oikist*). Esta possui um forte aspecto simbólico, pois ao fazer uso de cerimônias religiosas e de leis supostamente recebidas de uma autoridade divina, o fundador está apenas tentando unir uma população até então dispersa e fixá-la em um território específico.

Eram estas práticas, próximas da graça divina, que moldavam a natureza primária dos povos e influenciavam as suas respectivas constituições, elaboradas através do processo de fundação de cada respectivo agrupamento humano. Entre os exemplos apontados pelo estadista renascentista, estavam heróis do porte de Teseu, Rômulo e Ciro; Tal como Moisés que não fora propriamente o fundador de um Estado e sim de uma religião.

Por outro lado, o “príncipe novo que ascende com as armas e fortuna dos outros” (MAQUIAVEL, 2002, p. 63) se aproxima mais do conceito de Legislador grego (*Nomothetés*). Este apenas procura preservar a integridade de uma comunidade já existe por meio da introdução de inovações na sua organização interna que refletem as próprias particularidades de seus membros e as mudanças na sua constituição. São exatamente estas novas ordens que buscam substituir a *prima forma* por novos costumes que ao serem incorporados dão ensejo a uma natureza secundária.

Por isso, estes príncipes não dependem apenas das próprias virtudes e ficam à mercê da pura sorte para preservarem os estados que caíram em suas graças apenas por meio da vontade de outros. É somente este fator que explica a diferença entre os destinos de Francisco Sforza e César Bórgia, pois ambos foram descritos como homens de grande virtude e que trataram de “ordenar de ordenar por novos modos as instituições antigas”(MAQUIAVEL, 2002, p. 70).

Uma vez identificada as origens míticas do pensamento maquiaveliano, resta-nos indagar sobre a real importância da mitologia para os fenômenos políticos. Logo, as palavras de Ernest Cassier (1976, p. 35) não poderiam ser mais pertinentes ao definir o mito como “a sombra escura projetada pela linguagem sobre o mundo do pensamento humano”. Evidentemente, trata-se de uma referência à própria natureza metafórica do discurso que encobria um conhecimento até então negligenciado pela ciência, mas não menos importante para o desenvolvimento das

primeiras civilizações. Desta maneira, a mitologia nada mais seria do que o reflexo das próprias relações humanas (incluindo políticas) sobre subconsciente humano.

É dentro desta perspectiva que devemos compreender a figura do *Príncipe Novo*. Esta não passa de uma forma alegórica da prática de uma atividade criadora no âmbito institucional. Posteriormente, esta espécie de engenharia institucional ganharia a alcunha de “Poder constituinte”, graças à rápida difusão do manuscrito *O que é o terceiro Estado?*, redigido pelo Abade Sieyès nos dias que antecederam a eclosão da Revolução Francesa. Não obstante, este conceito já podia ser induzido das inovações políticas que emergiram nas cidades-estado da península itálica entre os séculos XIV e XVI.

É inegável que este “poder constituinte” possa ser exercido por um único indivíduo ou até mesmo por um conselho de magistrados, mas a sua titularidade sempre pertencerá ao conjunto da comunidade política. Afinal, se for mesmo correta a preposição aristotélica de que *o homem é um animal social*, nada será mais apropriado do que forjar as instituições com o propósito de otimizar o convívio social. Assim, as pessoas não precisariam mais se limitar a seguir as práticas organizacionais supostamente reveladas por Deus e recebidas através da simples tradição, como poderiam moldá-las conforme seus próprios desígnios e necessidades.

Este fenômeno consiste na redescoberta do conceito de *Vita Activa* em substituição à impassividade típica de uma conduta voltada para a especulação teológica que marcou o período do Medievo. Essa ação civil sempre se dá através do momento de fundação da sociedade política que, por sua vez, nunca consiste em um ato acabado, razão pela qual é autorizado a retoma-lo periodicamente. Ao menos, é o que se conclui do trecho a seguir, extraído diretamente do *Poder Constituinte* de Antonio Negri (2015, p. 87):

Esse principio é o poder constituinte, sua abertura permanece, sua renovação, e a possibilidade de manter a multidão e exército em ação. [...] a liberdade só pode permanecer aberta e construtiva, só pode opor-se ao domínio tirânico e à corrupção, à Igreja e à fortuna se ela própria for o príncipe, o poder constituinte em ato. O príncipe é a democracia - essa é a reforma da Renascença.

### 3.2

#### Os conceitos de Virtude e Fortuna no Imaginário Político:

Desta maneira, chegamos a dois conceitos fundamentais no pensamento maquiaveliano, dos quais nosso autor parece ter adquirido diretamente da filosofia estoíca. Esta consiste em uma antiga Escola filosófica fundada em Atenas por Cyron de Chipre e posteriormente introduzida em Roma por Panécio, já durante o período de expansão de seu Império pelo Mediterrâneo. Por sua vez, os escritos de alguns de seus membros mais importantes, tais como Sêneca e Epíteto, exerceriam grande influência sobre as famílias patrícias que desempenhariam importantes funções na administração pública romana.

Mas afinal no que consistia o pensamento estoíco? Ao escritor irlandês Oscar Wilde foi atribuída a frase “*Viver é a coisa mais rara do mundo. A maioria das pessoas apenas existe*”, no entanto poucos percebem a essência fundamentalmente estoíca de tal declaração. Pois, os estoícos concordavam que a maior parte dos homens passavam seus dias usufruindo de prazeres efêmeros e apenas ao chegar ao final de suas vidas se lamentavam da forma equivocada que conduziram sua passagem pela terra. Sêneca, certamente, concordaria com esta declaração enfatizando que o tempo é um recurso demasiadamente escasso para ser desperdiçado em querelas passageiras e escapismos mundanos.

Por isso, o ócio é tido como o principal adversário dos estoícos e a origem de todas as paixões individuais, tais como a cobiça, a inveja, a avareza, o medo e, principalmente, a ira. Pela mesma razão, o luxo é tido como o catalisador natural de uma vida sem propósito e dedicada a todo tipo de futilidade. O próprio Sêneca (2018, p. 135), em suas *Cartas a Lucílio*, afirma que “quem mais tem, mais quer ter” e que dessa maneira a ambição colocaria o homem em um estado de servidão voluntária permanente, pois se examinarmos “estes que deploram desejar e falam em fugir daquelas coisas que não podem ser privados; verás que eles permanecem voluntariamente naquilo que dizem suportar com dor e miséria” (SÊNECA, 2018, p. 135).

Em contrapartida, uma vida modesta e dedicada à utilidade comum consistiria no ideal de todo verdadeiro pensador estoíco. Sêneca (2014, p. 205) em seu ensaio *Sobre a tranquilidade da Alma* considera a dedicação às atividades civis

como “ o que há de mais belo’ e os seus artífices como verdadeiros nobres por carregarem “ o propósito de tornar-se útil aos concidadãos e a todos os homens”. Observem que o ideal da *vita activa* para esses pensadores antigos estava estritamente associado ao da *vita passiva*, uma vez que se creditava à busca pelo benefício comum da *Polis* o respectivo fortalecimento da alma e, assim, a sua preparação para o “nascimento para a eternidade” (SÊNECA, 2018, p. 120).

Agora, compreendemos totalmente a típica resignação dos estóicos quanto aos caprichos da sorte, constantemente identificada com a deusa Fortuna. Mais uma vez, Sêneca (2018, p. 203) nos esclarece:

Se prevalecer a fortuna e ela anular a capacidade de agir, não se deve logo virar as costas sem armas e fugir em busca de abrigo, como se houvesse algum lugar em que a fortuna não pudesse persegui-lo, mas aplique-se com maior parcimônia a suas obrigações e, de forma seletiva, encontre algo em que possa ser útil à comunidade.

A “utilidade para a comunidade” está no bojo do conceito de virtude que, por sua vez, seria atrelado ao próprio ideal de *Vivere Civile*. Por isso, não é de surpreender que os antigos comparassem a virtude com uma barreira natural contra os efeitos imprevisíveis da Fortuna. Afinal, esta jamais poderia ser confundida com o simples Destino, cujo a razão determinava o estabelecimento de um nexos causal entre os eventos históricos e seus respectivos efeitos.

Os estóicos também influenciaram os escritos de Marco Tulio Cícero, um dos mais importantes historiadores e estadistas da Roma antiga. Assim como os filósofos, este via a Fortuna fortemente associada a figura de uma mulher que poderia, por vezes, favorecer os homens ou desprezá-los. No entanto, para Cícero seria possível domá-la por meio da virtude que seria posteriormente atrelada ao conceito moderno de masculinidade. Portanto, a fortuna somente favoreceria os varões que apresentassem qualidades tais como coragem, honra, disciplina e, principalmente, um forte senso de dever com a comunidade.

Por isso, o celebre cidadão romano constantemente descrevia a virtude como uma eterna busca pela excelência individual em benefício de toda a comunidade política. Tal ideal somente poderia ser alcançado mediante uma educação que enfatizasse determinados valores morais. Aqui, cabe lembrar que os

estóicos também ficaram conhecidos como “moralistas romanos”, uma vez que estes defendiam que a moralidade sempre consistiria na melhor política. Logo, somente através de uma rígida conduta moral os homens poderiam alcançar os benefícios concedidos pela Deusa, tanto na vida como na morte.

O advento do Cristianismo trouxe fim a conexão intrínseca entre *Vita Activa* e *Passiva* que prevalecera até então entre os povos da antiguidade clássica. É bem verdade que o próprio cristianismo foi muito influenciado pelo pensamento estóico e se apoderou de boa parte de seu legado, tal como a valorização de uma vida simples e pautada pela rigidez moral como alternativa ao culto ao ócio e a respectiva proliferação das paixões individuais. No entanto, ao invés de enfatizar esses valores como forma de aperfeiçoar o ideal de *Vivere Civiles*, os cristãos o fizeram somente em razão da salvação de suas almas em um plano puramente transcendental.

Isto fica, especialmente, evidente nos escritos de Boécio que apresenta a fortuna como uma Roda, sempre girando de forma indiscriminada a traçar o destino dos indivíduos. A providência divina seria a única explicação para o seu funcionamento, o que inviabilizava qualquer tentativa de controlá-la. Se a vida terrena era imponderável, restaria a humanidade apenas contemplar a mensagem de Deus sem tomar qualquer iniciativa para alterar a realidade vigente. Assim, estava consolidada a noção de *vita passiva* que prevalecera durante a maior parte do período medieval.

Somente durante a chamada “Renascença das Artes” que a concepção clássica da Fortuna será resgatada para moldar uma visão antropocêntrica do Universo. Em particular, a descoberta das epístolas de Cícero, por Petrarca na metade do século XV, é considerada como o marco inicial do Renascimento que também é encarado, na sua maior parte, como uma revalorização da cultura clássica por meio dos escritos do notável historiador romano. Naquele momento em especial, a lição mais importante consistia em que “não basta possuir virtude como, se fosse uma arte qualquer, se ela não for usada [...] a virtude reside totalmente no seu uso prático” (CÍCERO, 2008, p.73).

De qualquer forma, esta atitude não significou uma ruptura imediata com a percepção medieval, já que inicialmente os humanistas consideravam a virtude cívica como intrinsecamente associada às virtudes cardeais derivadas da moral cristã. Apenas após a difusão dos principais trabalhos do secretário florentino que a

cisão definitiva entre os conceitos de *vir virtus* (cardial) e *virtù* (cívica) foi consolidada.

Os cristãos fervorosos da época teriam visto tal atitude como uma heresia, mas certamente era um passo necessário para recuperar o antigo ideal cíceriano da *concordia ordinuum*, isto é, a comunhão de todos em uma associação política sem eliminar a natureza específica de cada indivíduo. Ironicamente, o mestre florentino parecia estar apenas tentando moralizar a sociedade ao introduzir os ensinamentos dos antigos mestres estóicos no contexto renascentista. É o que se pode verificar do trecho abaixo:

É preciso observar aqui duas coisas. A primeira é a seguinte: satisfeitos na pobreza, os cidadãos se contentavam com a glória que a guerra lhes podia dar, cedendo todos as outras vantagens ao Estado. De fato, se pensassem em se enriquecer com a guerra, pouco lhes importaria que os seus campos fossem mal cuidados. A outra é a grandeza d'alma dos cidadãos romanos. Colocados à frente de um exército, sua magnanimidade os elevava mais do que os príncipes. Desprezando o poder dos reis e das repúblicas, nada os espantava ou deslumbrava. Retornando a vida privada, se transformavam em modestos lavradores, cultivando suas terras humildes, respeitando os magistrados e todos os seus superiores. Parece quase impossível que o caráter de um homem se possa dobrar a tal mudança (MAQUIAVEL, 2000, p.378).

Alguns autores, como Jacob Burckhardt e Leo Strauss, vêem os escritos de Nicola Maquiavel como amostras do conceito de “Gênio Solitário” que posteriormente daria origem ao mito do *Self-made man*. Entretanto, tal interpretação não passa de um anacronismo, especialmente se levarmos em conta que o individualismo é um mero fruto do advento do Liberalismo clássico em meados do século XIX.

Ao invés disso, deveríamos olhar o conjunto da obra desse verdadeiro Gênio Renascentista como uma tentativa de revigorar a concepção clássica do *vivere civiles* que, por sua vez, esta na própria essência do movimento denominado como "humanismo cívico".

### 3.3 Da Institucionalização da virtù:

Portanto, *Res publica* “Coisa Pública” é a *Res Populi* “Coisa do Povo”. E povo não é um qualquer ajuntamento de homens congregado de qualquer maneira, mas o ajuntamento de uma multidão associada por um consenso jurídico e por uma comunidade de interesses. E a primeira razão para se juntarem não é tanto a fraqueza quanto uma como que tendência natural dos homens para se congregarem (CÍCERO, 2008, p. 98).

Esta passagem do *Tratado da República* pode ser encarado como uma definição informal do conceito ciceriano da *concordia ordinum*. Na realidade, a República seria o resultado natural de uma abordagem prática da *vita activa* na organização de qualquer comunidade política. Não é por acaso que o *viveres civiles* se tornou o próprio ideal por excelência dos humanistas cívicos que predominavam no âmbito institucional durante a Renascença.

Essa preocupação com a manutenção da liberdade republicana pode ser identificado com o processo de “institucionalização da *virtù*” que corresponderia ao cultivo de determinados valores cívicos, como a autodeterminação e a independência externa, pelo corpo de cidadãos. Essa “comunhão de interesses” permitiria a regeneração da *virtù* e a sua respectiva transferência para as camadas populares. No pensamento maquiaveliano, em especial, a virtude cívica deixava de ser um conhecimento restrito a poucos indivíduos de qualidades excepcionais e tornava-se passível de aprendizado por qualquer cidadão.

Deste modo, o processo em questão atesta a preferência do próprio Nicolau Maquiavel pela forma republicana de governo. Corrobora para este conclusão o trecho a seguir:

Depois que Roma expulsou os reis, deixou de estar exposta aos perigos de que falamos acima, ou seja, da sucessão de um rei fraco ou mau. Porque aos cônsules foi dado o poder supremo, não por herança, fraudes ou ambição violenta, mas por sufrágio livre; e eram; e eram sempre excelentes homens: Roma, valendo-se de tempos em tempos da *virtù* e da fortuna deles, pôde atingir o máximo da grandeza num número de anos igual aos que estiveram sob os reis. Assim, se vê que a sucessão de dois príncipes virtuosos - como foram Filipe da Macedônia e Alexandre Magno - é suficiente para a conquista do mundo. Mais ainda deve realizar uma república, que pode eleger não só dois, mas infinitos príncipes virtuosíssimos em sucessão, o que deve ocorrer sempre em toda república bem ordenada.(MAQUIAVEL, 2007, p. 79):

Maquiavel, particularmente, refere-se a certas instituições que permitiriam manter a sociedade política unida através da pedagogia de determinados valores republicanos, da prática da virtude cívica pelos cidadãos e a concretização do ideal do Benefício comum. Isto permitiria preservar o Corpo Político de quaisquer mudanças bruscas de governo e/ou na condução de negócios militares. Aqui, destacamos, especificamente, o emprego de Milícias populares, o culto a uma *Religião Civil* e o Governo de Natureza Mista.

Durante a Renascença, as cidades-estado italianas costumavam empregar companhias de mercenários, mais conhecidas pela alcunha de *condotitieri*, em suas lutas fratricidas. Não raro, tais exércitos particulares mudavam de lado durante a Guerra conforme a sua própria conveniência, o que na prática significava contratos mais vantajosos oferecidos pelos antigos adversários. Por outro lado, durante a paz era comum que esses exércitos permanentes ficassem ociosas e voltassem suas armas contra a população civil em busca de espólios.

A solução apresentada por Maquiavel para este problema era a constituição de milícias populares que poderiam se dedicar integralmente à vida militar durante a Guerra e retornar para suas respectivas atividades privadas durante os tempos de Paz. Esta prática fora utilizada com sucesso pelos antigos romanos durante o período de ascensão de sua cidade sobre as demais na península itálica, mas posteriormente foi substituída, com as chamadas reformas de Caio Mario, pelo emprego de um exército permanente. Portanto, mais do que uma mera imitação da história essa proposta reflete a preocupação do secretário florentino com os efeitos nocivos do militarismo desenfreado sobre a sociedade civil.

Muitos críticos de nosso autor o apresentam como um adversário da religião, quando na realidade este apenas defendia uma forma de religião mais próxima da praticada pelos antigos. Nela, o divino não se restringe a um plano transcendental, mas também pode ser encontrada em fragmentos da realidade. A metafísica consistiria na ação de juntar estes fragmentos e, assim, compreender a essência do Universo que consistiria na verdadeira divindade a ser adorada e colocada a favor do Bem Geral da *Polis*. Nisso consistiria o “Pantheísmo” que ajuda a explicar porque os antigos não viam contradição entre os conceitos de *vita activa* e *passiva*.

Por isso, a religião defendida por Maquiavel não corresponderia a introdução de um novo conjunto de crenças, mas apenas em uma nova forma de interpretar a religião estabelecida, submetendo-na estritamente aos interesses do Estado. Em outras palavras, Maquiavel defendia um processo de instrumentalização da Fé que culminaria na sua transformação “numa simples ferramenta nas mãos dos dirigentes políticos”(CASSIER, 1976, p. 146). Na prática, isto corresponde a conciliar as crenças individuais dos cidadãos com seus deveres cívicos, do mesmo modo como Rousseau sintetizou o seu conceito de *Religião Civil*.

Não por acaso, alguns dos primeiros reformadores do cristianismo atuaram motivados pela tentação de estabelecer uma Igreja nacional, em que a autoridade eclesiástica estaria vinculada unicamente ao poder Real. Em contrapartida, nos países em que a Igreja de Roma preservou sua influência, proliferaria um forte sentimento anti-clerical. Era tudo efeito da difusão dos trabalhos do mestre florentino por um Mundo em transformação.

A última instituição é a mais relevante para atender aos fins desta dissertação, razão pela qual será analisada separadamente em uma sessão exclusiva. No entanto, cabe aqui ressaltar que o estudo destas instituições demonstra que a atividade criativa da Renascença não se restringiu apenas ao campo das artes e da ciência, também alcançado o âmbito institucional.

## 4 DO GOVERNO MISTO

Somente analisando o instituto do Governo Misto poderemos identificar a verdadeira natureza de República almejada por Maquiavel e desvendar o seu real envolvimento com o fenômeno populista. No entanto, esta não foi uma invenção do secretário florentino, mas apenas mais uma de suas releituras da filosofia política clássica.

O governo misto provém da percepção cíclica da história desenvolvida por Políbio de suas reflexões sobre as formas de Governo. Esta instituição funcionava de forma análoga ao mecanismo moderno de pesos e contrapesos para restringir a esfera de influência de cada estamento social e manter a estabilidade de todo o copo político sem apelar para medidas autoritárias.

Felizmente, tal instituto sobreviveu à queda de Roma e foi utilizado pela cidades-estado da península itálica com sucesso durante a chamada Baixa Idade Média. Assim, já na Renascença tornara-se um consenso entre os italianos que viam a sua decadência e conquista por potências estrangeiras através do prisma do desequilíbrio entre os elementos que constituiriam um verdadeiro governo misto.

É neste contexto que surgem as divergências entre Nicolau Maquiavel e Francesco Guicciardini. Ambos partilhavam de um mesmo objetivo, discordando apenas da forma de implementá-lo. Em outras palavras, enquanto Maquiavel defendia um reequilíbrio através da recondução do elemento popular aos negócios de Estado, o segundo influenciado pelo mito da constituição veneziana, alegava ser responsabilidade de uma assembléia aristocrática a função de conciliar os elementos popular e monárquico em uma República bem ordenada.

Ademais, caberão algumas considerações sobre o arranjo institucional almejado por Maquiavel para o seu Governo de constituição Mista, das quais destacamos o Fatalismo, o instituto da “Fundação Contínua” e os princípios da Desunião e da Regeneração da *Virtù*.

#### 4.1 Suas origens na Anacicloze Polibiana:

Curiosamente o principal teórico do governo misto não foi necessariamente um filósofo, mas sim um historiador. Políbio aborda pela primeira vez o tema no capítulo VI de suas *Histórias*, em que discorre sobre as diferentes formas de governo existentes em seu tempo. O mestre da Antiguidade (1996 p.327-328) dá a seguinte explicação para o surgimento das primeiras sociedade políticas:

Quando em consequência de inundações, de epidemias, de perdas de colheitas ou de outras causas análogas a raça humana esteve ameaçada de extinção, como a tradição nos revela que já aconteceu e a razão nos diz que voltará a ocorrer, com o desaparecimento concomitante de todas as instituições e artes, no curso do tempo, a partir dos sobreviventes e como que sementes, o número de homens voltou a crescer e, à semelhança de outros animais, desde o momento em que eles se reagruparam como costumam fazer as criaturas de sua espécie em decorrência de sua fragilidade natural o homem dotado de maior força física e coragem passou inelutavelmente a conduzi-los e a dominá-los. Observamos e devemos ver como a obra mais autêntica da natureza esse fenômeno no caso das outras espécies animais, que agem irracionalmente, entre as quais os mais fortes são sempre senhores incontestáveis - refiro-me aos touros, aos javalis, aos galos e aos animais semelhantes a esses. É provável, portanto, que no princípio os homens vivessem em rebanhos como animais e seguindo os mais fortes e mais valentes entre eles. Onde a força é o único limite da autoridade devemos falar em autoridade devemos falar em autocracia; mais tarde, começaram a surgir com o tempo os sentimentos de sociabilidade e de solidariedade em tais grupos; assim apareceu a monarquia, e surgiram pela primeira vez no espírito dos homens as noções do bem e do justo, simultaneamente com as noções opostas.

Em outras palavras, a Monarquia surge quando o desenvolvimento da razão leva os homens a seguirem um indivíduo não mais pela simples coação, mas sim por confiarem nas suas capacidades de liderança. Assim, o nascimento do governo por consenso está associado à primeira mutação do ciclo das constituições.

A segunda destas transformações ocorre quando os herdeiros dos grandes reis cedem aos seus próprios apetites e passam a se distinguir dos súditos por meio de trajes exclusivos e artigos de luxo. Conseqüentemente, surge nos súditos a idéia de depor o Tirano através de intrigas palacianas e conspirações. Os homens por trás dessas articulações políticas eram os mais corajosos e nobres de caráter, razão pela qual assumiram o comando da sociedade e o novo regime passou a ser denominado aristocracia.

No entanto, em algumas gerações os novos chefes passaram a se entregar a todos os tipos de excessos o que acarretou no seu ódio pelo povo e na sua conseqüente deposição. Da mesma, forma quando o povo perde o apreço pela liberdade e a igualdade, com alguns desejando adquirir mais direitos do que outros, temos a passagem da Democracia para a Oclocracia. Esta última fase é marcada pela mais absoluta anarquia, em que multidão regride para o estado animalesco e passa a saquear e massacrar a todos sem distinção. Nestas condições, somente a ascensão de um novo autocrata permitiria restabelecer a ordem na sociedade através do “Império da violência”.

Observem que Políbio começa com uma forma de Governo neutra intitulada Autocracia, prosseguindo com 3 formas justas e 3 formas corrompidas, sempre conforme o critério Platônico que corresponde ao governo legal baseado no consenso dos cidadãos em oposição ao arbitrário baseado no benefício individual. Estas constituições vão se alternando de forma que a constituição justa que se segue é menos justa que a justa precedente e a corrompida seguinte é mais corrompida do que a corrompida precedente. Para efeitos práticos, o curso deste processo segue a respectiva ordem: autocracia, monarquia, tirania, aristocracia, oligarquia, democracia e oclocracia.

Ao final deste processo o curso das constituições retorna ao ponto inicial, ou seja, da oclocracia volta-se para a autocracia, formando um ciclo infinito que continuará se repetindo eternamente. Esta concepção cíclica da história é chamada de Anacliclose (*anakylitikos*) ou Teoria dos ciclos polibianos, sendo caracterizada por uma lógica invariavelmente fatalista que não apresenta qualquer alternativa à eterna transformação das formas de governo. É como se a história fosse um relógio, no qual os ponteiros sempre seguissem necessariamente o curso descrito acima.

Isto decorreria da própria ontologia humana, marcada pela variação na manifestação de determinados humores, o que permitiria identificar um padrão no comportamento humano que refletiria no próprio curso de corrupção das constituições políticas. Afinal, lembremos que o próprio Políbio era um estóico que caracterizara a natureza humana como mutável e passível de corrupção pela proliferação das paixões individuais. É também desta análise historicista que concluímos serem todas as constituições simples ruins, por se mostrarem sempre

suscetíveis a mutações, e conseqüentemente não providenciarem suficiente estabilidade para o corpo político.

A melhor forma de contornar este problema, seria justamente a formação de um “governo misto”, em que as qualidades de cada uma das formas justas é combinado em uma única constituição. Alguns exemplos históricos de governos mistos seriam a Esparta de Licurgo e a República Romana. Por sinal, foi na cidade eterna que o historiador grego passou boa parte de sua vida e identificou no consulado, no senado e nas assembléias populares, os respectivos elementos monárquico, aristocrático e democrático da forma mista de governo romano.

Ainda segundo Políbio, o sucesso desta instituição consistiria no controle recíproco de cada um destes elementos pelos outros. Como bem sintetizou Noberto Bobbio (2017, p. 56, 57 e 59):

Quanto a razão de excelência do Governo Misto, Políbio indica-a no mecanismo de controle recíproco dos poderes, vale dizer, no princípio do *equilibrio* [...] A teoria de Políbio é uma teoria dos mecanismos constitucionais, que tornam possível uma forma de governo estável e, por isso, preferível a qualquer outra [...] Com relação à razão que pode explicar por que mesmo as constituições mistas decaem e morrem, esta consiste num tal deslocamento de equilíbrio entre as partes, em favor de uma só, que a constituição deixa de ser mista e volta a ser simples.

Não por acaso, ao descrever a constituição mista em seu *Tratado da República*, Cícero fez uso de uma série de designações que fazem menção à idéia de balanço de poder: *aequatus* (equilibrado), *conflatus e confusus* (em fusão), *inctus* (unido ou amalgamado), *coniunctus* (harmônico), *moderatus* (moderado), *mixtus* (misto ou misturado), *permixtus* (bem misturado) e *temperatus* (temperado). O uso desta terminologia expõe que não basta haver uma simples mistura entre as três formas justas de governo, mas uma mistura equilibrada entre os seus respectivos estamentos sociais, de forma que nenhum elemento se torne predominante. É justamente este “mecanismo de controle recíproco dos poderes” que influenciará a formação do constitucionalismo moderno com o seu respectivo sistema de “pesos e contrapesos”.

Entretanto, apesar de adotar a mesma tipologia de Políbio, Cícero divergiria deste em pelo menos dois pontos centrais. Primeiramente, o magistrado romano não aceita a idéia de uma ordem necessária e predeterminada no processo de corrupção

das constituições políticas, o que rechaça qualquer determinismo ou contingência na sua concepção histórica. Em seguida, discorda de que a transformação das constituições políticas apenas ocorre com a passagem das gerações e alega que também pode ocorrer com a simples degeneração do caráter do atual detentor do poder. É importante ter em vista estas diferenças, uma vez que será a concepção ciceroniana da história que influenciará os pensadores renascentistas.

A anacilose polibiana foi tão influente na história do pensamento político ocidental que influenciaria a eclosão das chamadas Revoluções Atlânticas durante os séculos XVII e XVIII. Ao menos é o que sustenta Hannah Arendt (1988, p. 34 - 38) em seu já clássico *Da Revolução*:

A palavra *revolução* foi originalmente um termo astronômico, que cresceu em importância nas ciências naturais com o *De revolutionibus orbium coelestium* de Copérnico. Nesse emprego científico, o vocábulo reteve seu preciso significado latino, designando o movimento regular, sistemático e cíclico das estrelas, o qual, visto que todos sabiam que não dependia da influência do homem e que era, portanto, irresistível, não era certamente caracterizado nem pela violência. Ao contrário, a palavra indica claramente uma recorrência, um movimento cíclico; é a perfeita tradução latina da *anakylitikos* de Políbio, um termo que também teve origem na astronomia e foi usado metaforicamente no campo da política [...] O fato de que a palavra *revolução* significou originalmente restauração, algo, portanto, que para nós representa exatamente o oposto, não é uma mera excentricidade semântica. As revoluções dos séculos XVII e XVIII que, para nós, parecem mostrar todos os indícios de um novo espírito, o espírito da Idade Moderna, pretenderam ser apenas restaurações. É verdade que as guerras civis da Inglaterra renunciaram um grande de tendências que viemos a associar ao que foi essencialmente novo nas revoluções do século XVIII: o aparecimento dos igualitários e a formação de um partido composto exclusivamente por pessoas das camadas inferiores, cujo radicalismo entrou em conflito com os líderes da revolução, indicam claramente o curso da Revolução Francesa; ao passo que a exigência de uma constituição escrita como “fundamento de um governo justo”, reivindicado pelos Igualitários e, de certa forma, atendida quando Cromwell introduziu um “Instrumento de Governo” para instituir o Protetorado, antecipa uma das mais importantes realizações, se não a maior, da Revolução Americana [...] Foi apenas no decorrer das revoluções do século XVIII que os homens começaram a tomar consciência daquilo que os homens tinham feito e que, conscientemente, se dispuseram a fazer. A partir de então, um “novo continente” e “novo homem” que dele surgisse não mais seriam necessários para instilar a esperança de uma nova ordem de coisas. A *novus rodo saeclorum* não era mais uma bênção advinda do “grande plano e desígnio de Providência”, e a novidade não era mais a vaidoso e simultaneamente assustadora posse de alguns. Quando a inovação alcançou o mercado público, tornou-se o início de uma nova História, desencadeada - ainda que involuntariamente - por homens de ação, a ser encenada posteriormente e ampliada e difundida pela sua posteridade.

## 4.2 Maquiavel Vs Guicciardini:

Como mencionando anteriormente, a instituição do Governo Misto sobreviveu ao fim da República Romana e a própria queda do Império Romano do Ocidente. Sua sobrevivência durante o período Medieval se deu em grande parte devido a ação das cidades-estado Italianas como Florença e Veneza. Estas por sua vez, passariam pelo século XV resguardadas da maior parte dos distúrbios que afligiam a Europa, motivo pelo qual tal período ficou conhecido por ambas as metrópoles como Era de Ouro, devido a sua prosperidade sem precedentes tanto nas artes como na balança comercial.

Em particular, Veneza se destacava pela sua estabilidade interna que possibilitou a construção de um Império Ultra-marinho com possessões ao longo de todo o Mediterrâneo. Durante a Renascença, o sucesso alcançado pela República *Serenissima* era explicado sobretudo por critérios polibianos, no que ficaria conhecido como “mito de Veneza”. Essa formula simplificada das instituições venezianas identificava nos *Consiglio Grande* e *de' Pregati* os respectivos elementos popular e aristocrático; com o governo de somente um representado pela figura do *Doge*.

Entretanto, a República Veneziana consistia na realidade em um complexo emaranhado de conselhos e gabinetes, nem sempre com funções bem definidas e que interagiam entre si das mais diversas formas. Apenas para exemplificar, além das três instituições mencionadas acima havia um *Collegio* que correspondia a uma espécie de superintendência de magistrados que na prática servia como elemento de ligação entre os *Pregati* e o *Doge*. Assim, não podemos simplesmente concluir que cada ramo do governo exercia funções de controle sobre os outros, tal como Políbio e Cícero descreveram o funcionamento do governo misto tripartide.

A *Serenissima* era para os padrões modernos uma República aristocrática, o que fica evidente no predomínio dos *Pregati* e dos magistrados na condução dos negócios de Estado e nos requisitos de admissão no *Consiglio Grande*. Pois, esta suposta assembléia popular apenas aceitava membros de determinadas famílias, as quais o prestígio social lhes dava o direito de registrar seus nomes no chamado livro

dourado da cidade. No entanto, nenhum destes fatos serviria como obstáculo à difusão do “mito veneziano” pela Europa quinhentista.

Foi sobretudo este mito que influenciou o pensamento de um amigo e rival político de Nicolau Maquiavel que vislumbrara uma solução aristocrática para a crise institucional que reconduzira os Medici de volta a posição de *signores* de Florença. Para Francesco Guicciardini a política era a arte da conciliação entre uma maioria voltada para a satisfação de seus negócios privados e uma minoria suficientemente qualificada para conduzir os negócios de Estado rumo ao benefício comum. Até aqui nada muito diferente das teorias aristotélica e polibiana acerca do governo misto que também pode atender pelo nome de *politeia*.

Por isso, Guicciardini considerava a deliberação como uma atividade demasiadamente importante para ser dividida com as camadas populares. Esta função deveria ser exercida exclusivamente pelos *ottimati* que formariam a assembléia aristocrática da República Florentina sob a forma de um Senado vitalício. Isto se explicaria pela própria concepção de virtude cívica desenvolvida pelo embaixador florentino, na qual a sabedoria necessária para conduzir um Estado somente poderia ser encontrada em uma classe restrita de servidores públicos suficientemente experientes para transformar conhecimento prático em *prudenza* e *onore*. Portanto, a *virtù* não se regeneraria e nunca poderia ser transmitida para os muitos, o que é suficiente para compreendermos a predileção de Guicciardini por um Governo *Stretto*.

Todavia, a ambição desenfreada por cargos de prestígio no governo levaria essa espécie de elite republicana a abandonar o cultivo do benefício comum na cidade pelo simples espírito de fações. Felizmente, se por um lado os populares apenas possuíam as qualidades necessárias para administrar seus próprios negócios, do outro eles eram suficientemente capazes de identificar as virtudes que não possuíam nos seus superiores. Por esta razão, o embaixador florentino reservaria ao *Consiglio Grande* o papel de arbítrio nas disputas internas dos *ottimati* através da eleição dos respectivos magistrados da República florentina. Por fim, o *Gonfalonieri* atuaria apenas em casos excepcionais em que medidas rápidas e energéticas se fizessem necessárias, contudo seria sempre assessorado pelos mesmos magistrados que teriam total autonomia para agir e serviriam também como freio às intenções despóticas dos Medici.

Logo, fica evidente as divergências doutrinárias entre os dois estadistas florentinos, principalmente no que diz respeito aos fundamentos teóricos do modelo de governo misto advogado por cada um desses pensadores renascentistas. Afinal, o secretário florentino sustentava que o benefício comum, em qualquer sociedade somente poderia ser atingido através da conciliação entre elementos aparentemente inconciliáveis, a rigor os pequenos e os grandes. Em outros termos, os conflitos entre plebeus e patrícios somente poderiam ser suavizados por meio de leis aprovadas em conjunto por ambas as camadas sociais e que desta maneira as beneficiariam mutuamente das decisões tomadas de comum acordo. Pelo menos, é o que se extrai do trecho abaixo, selecionado da *História de Florença* (2007, p. 158-159):

Tal diversidade de efeitos só pode ser causada pelos diferentes fins que os dois povos tinham em mira: porque o povo de Roma desejava gozar as supremas honras ao lado dos nobres, enquanto o de Florença combatia para ficar sozinho no governo, sem a participação dos nobres. E, como o desejo do povo romano era mais razoável, as ofensas aos nobres acabam por ser suportáveis, de tal modo que aquela nobreza cedia facilmente e sem recorrer às armas; assim, depois de algumas desavenças, concordavam em criar uma lei que satisfizesse ao povo e aos nobres em seus cargos. Por outro lado, o desejo do povo florentino era injurioso e injusto, de tal modo que a nobreza preparava a sua defesa com maiores forças, e, por isso, chegava-se ao derramamento de sangue e ao exílio dos cidadãos, e as leis depois de criadas não miravam à utilidade comum, mas eram ordenadas todas a favor do vencedor. Por isso, com as vitórias do povo, a cidade de Roma se tornava mais virtuosa, porque o povo, podendo ocupar a administração das magistraturas, dos exércitos e dos impérios com os nobres, enchia-se da mesma *virtù* que havia nesses, e a cidade a cidade, ganhando *virtù*, ganhava poder; mas em Florença, quando o povo vencida, os nobres ficavam privados das magistraturas e, para reconquistá-las, precisavam não só ser mas também parecer semelhantes ao povo no comportamento, no modo de pensar e de viver. Daí provinham as variações das insígnias e as mudanças dos títulos das famílias, que os nobres para parecer-se como o povo; de tal modo que a *virtù* das armas e a generosidade de ânimo que havia na nobreza se extinguia; assim, Florença foi-se tornando cada vez mais humilde e abjeta.

Deste modo, podemos concluir que ambos os autores compartilhavam de um objetivo comum, somente divergindo quanto a forma de alcançá-lo. Afinal, como já mencionado durante a Renascença o Governo Misto se tornara um consenso entre os italianos que apenas divergiam em relação a extensão da participação política. Sequer poderia ser diferente, uma vez que as Cidade-Estado italianas eram na melhor das hipóteses apenas proto-democracias, sem os moderno

conceitos de soberania popular ou sufrágio universal. Basta recordar as sábias palavras de Leo Strauss (2015, p. 321):

Apenas quando o poder político é compartilhado pelos grandes e o povo na devida proporção ou, em outras palavras, quando há uma proporção apropriada entre a força dos grandes e a força do povo, haverá liberdade pública e uma consideração apropriada pelo bem comum. O que vem a ser essa proporção adequada depende decisivamente de se a república em questão deseja fundar um império ou se ela está contente em se preservar [...] uma república imperial deve dar a sua plebe uma maior participação no poder político do que uma república não Imperial.

É sob estas condições que devemos interpretar o conceito de *Governo Largo* defendido por Maquiavel em oposição ao arranjo institucional elaborado por Guicciardini. O secretário florentino nunca vislumbrou o sufrágio universal, mas apenas propôs a assimilação de camadas sociais até então excluídas do processo de tomada de decisões na República Florentina. Refiro-me aqui especificamente aos artesãos e membros das corporações de ofícios (*artes*) que possuíam prestígio social para participar das deliberações que ocorriam no *Consiglio Grande*, ao mesmo tempo que dispunham de recursos suficiente para cobrir as despesas próprias da vida militar. Afinal, na Itália renascentista ainda eram os próprios soldados que arcavam com o custeio de suas armas, armaduras e demais equipamentos necessários para o desempenho de atividades militares; que já naqueles dias, despontava como o principal caminho para a obtenção da cidadania.

Ao contrário de Guicciardini que apenas almejava preservar sua cidade natal, Maquiavel sonhou em expandir as fronteiras da República Florentina e, assim, derrotar as potências estrangeiras que impediam a união natural entre as cidades-estado italianas. O próprio título dos *Discursos*, consistia em uma clara referência ao momento de ascensão de Roma e a consolidação de sua hegemonia sob os demais povos que habitavam a península itálica. Logo, não seria um exagero concluir que a sua exortação à expulsão dos bárbaros, não passara do último suspiro de um homem dedicado a causa da pátria, mas que ironicamente fora traído pela própria Fortuna que aprendera a temer e admirar. Felizmente, seu apelo sobreviveria ao passar dos tempos e seu projeto de Nação seria finalmente concretizado alguns séculos mais tarde, por uma geração de estadistas da envergadura de Cavour, Garibaldi e Mazzini; inspirados em grande parte pelas palavras do próprio secretário florentino.

### 4.3

#### Considerações sobre o Arranjo Institucional Maquiaveliano

Se por um lado Políbio equipara a constituição romana a sua equivalente espartana no que diz respeito a forma de governo, não podemos perder de vista que cada cidade-estado possuía suas próprias peculiaridades históricas que certamente refletiram na instituição de suas respectivas leis. Desta maneira, enquanto a constituição espartana fora obra de um único homem, a romana se constituía de forma contínua ao longo do tempo.

Assim ocorreu, pois após a expulsão do último Rei de Roma os conflitos sociais tomaram tal proporção que fora necessário convocar um Decenvirato, composto por dez magistrados eleitos com o propósito de confeccionar novas leis, para harmonizar as disputas entre a plebe e a aristocracia que já se prolongavam por décadas, ao ponto de colocar em risco a própria integridade da república romana. Disto resultou a confecção de dez tábuas, das quais seriam adicionados posteriormente mais duas elaborados por um segundo Decenvirato, no que consistiria a norma fundamental por excelência do ordenamento jurídico romano.

Infelizmente, o conteúdo dessa “lei das doze tábuas” foi perdido, embora saibamos através do estudo do direito romano que novas ordenações eram introduzidas eventualmente como que um reflexo das próprias disputas políticas que sacudiam as bases da República. Esta renovação constante do ordenamento jurídico era um desdobramento natural do próprio ideal de *vita activa* contemplado por Maquiavel em sua alegoria do *Príncipe Novo*, no que caracterizaria a já mencionada abertura do poder constituinte.

Por consequência, torna-se inegável a existência de um conflito social no pensamento maquiaveliano, apesar de seu teor ser diferente da luta de classes marxista. Enquanto, a última é caracterizada pela propriedade ou não dos meios de produção, a primeira é marcada pela manifestação de determinadas paixões humanas. O secretário florentino descreve a história como uma eterna disputa entre os que possuem uma ambição natural para comandar, os quais são denominados “os grandes”; e os que têm medo de serem dominados, conhecidos vulgarmente pela alcunha de “os pequenos”. Observem que é uma explicação essencialmente

estóica, tendo em vista que o desabrochar das paixões humanas é apontado como o principal causador dos conflitos sociais.

Por outro lado, o uso da razão pura levaria a uma maior cooperação entre os homens, a tal tendência natural dos homens a se congregarem mencionada por Cícero em sua definição de República e que o mesmo parece ter extraído do pensamento aristotélico. Isto significaria na prática uma verdadeira mudança de hábitos, em que o ócio fosse substituído pela utilidade comum. Assim, embora não possam ser eliminadas por completo, as paixões poderiam ser amenizadas em favor da consolidação de uma sociedade relativamente harmoniosa.

Neste momento, faz-se necessário diferenciar os processos de harmonização e homogeneização sociais. O primeiro diz respeito a construção de valores consensuais e o segundo na imposição de diretrizes autoritárias. Sobre este assunto, as palavras do senhor de Florença ao Duque de Atenas (2007, p. 136 e 137) podem ser pertinentes:

Pensai, Senhor, quantas forças são necessárias para conservar em servidão: as forças estrangeiras não, que sempre podereis manter, não bastam; das de dentro não vos podeis fiar, pois aqueles que agora são vossos amigos e que vos aconselham a tais atos, assim que tenham vencido seus inimigos com a vossa autoridade, farão de tudo para vos eliminar e fazerem-se príncipes; a plebe, na qual, confiais, pelo menor acontecimento se revolta: de modo que, em pouco tempo, podereis ter a inimizade de toda esta cidade, o que dará ensejo à vossa ruína e à nossa. E para esse mal não podereis achar remédio; porque só podem tornar a senhoria segura aqueles senhores que têm poucos inimigos, pois estes podem ser facilmente extintos pela morte ou pelo exílio; mas nos ódios da multidão [*universali*] nunca há segurança alguma, porque não sabes de onde pode nascer o mal, e quem teme todos os homens não pode ter confiança em ninguém, e se assim mesmo tentares fazê-lo, correrás mais perigos, porque naqueles que ficam se acende mais ódio e é maior a disposição de vingança [...] E, mesmo que tivésseis costumes santos, conduta benigna, juízos retos, não teríeis o suficiente para vos fazerdes amar; e se pensais que tais coisas bastariam, estais enganado, porque para quem está acostumado a viver solto qualquer cadeia pesa e qualquer laço apertado: além disso, é impossível encontrar um estado violento com um príncipe bom, porque, necessariamente, ou ambos acabam por se assemelhar, ou não demorará para que um arruíne o outro [...] A isso vos exortamos, lembrando-vos de que *só é duradouro o domínio voluntário*; que a cegueira causada por um pouco de ambição não vos leve para um lugar onde, não podendo ficar nem elevar-se, havereis necessariamente de cair, para grande prejuízo vosso e nosso.

A homogeneização das relações sociais significa extinção de qualquer conflito de interesses no seio da sociedade através da adoção de uma série de medidas autoritárias. Inicialmente tal estratégia pode parecer efetiva e até mesmo

colher alguns frutos positivos, embora esteja condenada ao fracasso no longo prazo devido à impossibilidade de se convencer as pessoas somente pelo uso da força. Não pudera ser diferente, afinal a origem do desentendimento entre os homens está naquelas mesmas paixões inalienáveis da natureza humana e que, portanto, fazem parte da sua própria ontologia.

A violência somente colabora para transformar o desconforto em ressentimento, motivo pelo qual enquanto houver repressão apenas se pode aguardar por mentiras, com as quais os homens tratam de acobertar o seu próprio ódio pelas autoridades constituídas. É por tudo isso que o uso das armas contra concidadãos constitui uma solução efêmera para o descontentamento político e sempre dará ensejo a alguma forma de revanchismo. Ademais, a ausência de uma comunhão de interesses leva necessariamente a fragmentação da comunidade política e o início das hostilidades que caracterizam a mais absoluta anarquia.

Em contrapartida, recomenda-se a suavização das paixões humanas mediante o cultivo da *virtú*. Este propósito é sempre contemplado por meio da apreensão dos piores vícios dos homens e a introdução de novos modelos de comportamento no seio da sociedade. Assim, os grandes poderão ser contentados sem precisar recorrer às ameaças tão temidas pelos pequenos.

Quem melhor discorreu sobre este processo de harmonização social foi Claude Leford (2010, p.522 e 523, *tradução nossa*), cujo o trecho a seguir foi retirado de sua principal obra *Maquiavelo. Lecturas do Político*:

El análisis maquiaveliano no se termina en una concepción artificialismo de la institución política que asociará a la función de lo imaginario. No autoriza a concluir, por exemplo, que el Estado es un simple medio utilizado por las classes para alojar el nudo de su conflicto y alcanzar objetivos comuns, ni que es simple producto de las iusiones conjugadas del pueblo y los Grandes, eficaz para ensacar sus contradicciones internas. No solamente cada combinación se segue sendo impotente para compreender por qué aquí el instrumento se reduce a su alcance máis débil, y de alguna maneira se desgasta más rápido de lo que sirve; por qué aquí la ilusión obnubila a los actores hasta el ponto de que el cuerpo político, abocado a la inercia, se degrada, mientras que en outro lugar, bajo el manto aúna de la ilusión, y por el recurso aúna a la mediación de un poder ‘por encima de las classes’, un *vivere civile* se instituye, una creación histórica se pone em marcha.

[ A análise maquiaveliana não se esgota em uma concepção artificial da instituição política que se associa ao imaginário. Não autoriza concluir, por exemplo, que o Estado é um simples meio utilizado pelas classes para alojar o nó do conflito social

e alcançar objetivos comuns, nem que é simples produto das ilusões conjugadas do povo e dos grandes, eficaz para esconder as suas contradições internas. Não apenas cada combinação é insuficiente para compreender porque aqui o seu instrumento se reduz ao seu alcance mais fraco, e de alguma maneira se desgasta mais rápido do que serve; porque aqui a ilusão cega os atores até o ponto de que o corpo político, condenado a inércia, se corrompe, enquanto que em outro lugar é coberto por um véu de ilusão, e por um recurso à mediação de um poder “por cima das classes”, institui-se um *vivere civile*, uma criação histórica se põe em marcha].

É sob esta ótica que devemos analisar a menção ao governo misto nos escritos maquiavelianos e não conforme uma mera reprodução da teoria polibiana das formas de governo. Razão pela qual o *Principe Novo* não pode ser confundido com uma mera personalidade histórica, mas corretamente identificado com a alegoria de um arcabouço institucional inerente a decisões pactuadas entre pequenos e grandes. Colaboram para este fim, o nivelamento das paixões humanas e o desenvolvimento de uma identidade coletiva (geralmente atrelado à prática de uma religião civil) que abranja os idéias da *Vita Activa* e do *Vivere Civile*.

Deste modo, o poder constituinte assume a sua forma definitiva na figura de um Oxímoro sempre pronto a retornar ao momento de fundação e, assim, revigorar os mesmos princípios que mantiveram a sociedade política coesa. No fundo a institucionalização da *virtù* não passa de um processo de moralização cívica, em que a introdução de novos usos e costumes ganha sentido no imaginário coletivo.

Eis a verdadeira genialidade de Nicolau Maquiavel! Enquanto seus contemporâneos identificaram nos conflitos sociais o principal sintoma do enfraquecimento do corpo político, o secretário florentino encontrou uma maneira de domá-los em prol do benefício comum. Assim, a razão da decadência de Florença estaria na forma com que seus cidadãos enfrentavam tais problemas, sempre com o predomínio dos interesses da facção momentaneamente no poder e sem jamais conseguirem entrelaçar os interesses das diferentes classes em um propósito comum. Ao invés da institucionalização da *virtù*, alcançaram a perpetuação da Irá e de sua irmã siamesa, a retaliação.

Portanto, o princípio da Desunião escancara a “inovadora” concepção de liberdade como não dominação. Alguns autores, como Denis Collin, vêem uma incompatibilidade deste conceito com a classificação tradicional da liberdade em Pública (participação) e Negativa (ausência de coação). Assim, a liberdade tal como

vista por Maquiavel seria estranha tanto aos antigos quanto aos modernos, o que abriria caminho para a aquisição de direitos sociais pelos “pequenos”.

A nosso ver esta interpretação está equivocada, pois a dominação nada mais é do que a consequência da não participação na vida pública. Também não é correto afirmar que Maquiavel menosprezou as chamadas liberdades individuais, porque estas inexisiam na forma de impedimentos legais à atuação do Estado. Como bem colocou Skinner em seu *Liberty Before Liberalism*, o Secretário Florentino viveu em um período que estas dependiam exclusivamente da boa vontade dos governantes, razão pela qual aconselhou os príncipes a apenas preservar as propriedades dos seus súditos. Se é inadequado falar em liberdade dos modernos nos escritos maquiavelianos, então o que dizer dos direitos sociais que somente viriam a ser proposto três séculos após a morte de nosso autor ?

A liberdade Republicana é a mesma de que falavam os republicanos clássicos e que viria a ser compartilhada pelos Humanistas cívicos. Nela a liberdade do indivíduo jamais entra em conflito com a da cidade, razão pelo qual o interesse coletivo deve sempre prevalecer sobre o “humores” tanto de pequenos quanto de grandes. Logo, nada mais antigo quanto uma Liberdade baseada no velho ideal estoíco da “Utilidade Comum”.

Voltando à questão do princípio da fundação contínua, este somente poderá estabelecer uma estabilidade temporária. O mestre renascentista bem sabia que este era apenas uma forma de retardar o transcurso da roda da fortuna sem, no entanto, conseguir repousa-la por completo. Afinal, o poder constituinte (sob a forma do Oxímoro) não consegue eliminar as contradições internas do sistema, mas apenas as enclausura dentro de uma moldura normativa que ao ser transposta retoma o seu trajeto natural. Isto se deve a própria ontologia que através do arrebitamento das paixões humanas atingiria um ponto de saturação, em que nem mesmo a introdução de novas ordenações salvaria a humanidade do processo inexorável de corrupção das constituições. Disto os antigos são testemunha!

## 5 POPULISMO E MAQUIAVELIANISMO

Agora resta-nos investigar as relações do pensamento Maquiaveliano com o fenômeno populista. Esta não será uma tarefa fácil, especialmente se levarmos em conta que o termo “populismo” abrange uma série de significados diferentes, muitas vezes contraditórios entre si. Assim, enquanto na América latina ele é geralmente associado a mais pura demagogia e a luta de classes de teor marxista, no mundo anglófono a expressão designa a satisfação de demandas populares sem necessariamente ameaçar os interesses da classe dominante.

Nos últimos anos, o prof Ernesto Laclau se destacou ao abordar o fenômeno não sobre a ótica de um movimento, mas sim de uma determina *lógica política*. Esta, por sua vez, relaciona-se com a instituição do social através da vinculação de suas demandas segundo um contexto de equivalência ou diferenciação. Quando este processo se dá mediante a equivalência de diversas demandas sociais, constitui-se um sujeito político global com uma identidade própria que o distingue de um “outro” institucionalizado. É a formação de fronteiras internas que caracteriza o populismo propriamente dito, independentemente do conteúdo social ou ideológico do movimento político que opera dentro destas.

Ainda seguindo o raciocínio Laclauliano, uma destas demandas democráticas equivalentes se destacará sobre as demais ao ponto de se tornar a própria essência de toda a identidade popular. Quando isto ocorre dizemos que a demanda se tornou heterogênea, o que significa na prática que embora tenha preservado a sua particularidade interna, passou a abranger toda a cadeia de demandas populares. Em seguida, esta cadeia ganhará um nome ou *singularidade* que apenas pode ser expressado por um significante vazio (impreciso), em decorrência da própria realidade social em que opera, diversificada em demasia para ser sintetizada por meio de palavras ou idéias.

No entanto, é possível que uma demanda faça parte de duas ou mais cadeias de equivalência, o que nos permitiria constituir o “povo” como ator histórica de maneiras contraditórias. Nesta situação temos um significante flutuante que especialmente em momentos de crises orgânicas tende a movimentar as fronteiras internas do movimento até formar um novo conceito de povo. Em outras palavras,

será através de uma luta hegemônica que a demanda ganhará um novo significado e a cadeia de equivalências será renomeada.

Particularmente, acreditamos que o termo *virtù* tal como empregado por Nicolau Maquiavel corresponde a um significante vazio que virá a se tornar um significante flutuante por meio da livre interpretação dos intelectuais e revolucionários do século XVIII. Ironicamente, isto só foi possível devido à cisão entre as virtudes morais e cívicas empreendida pelo secretário florentino quase dois séculos antes dos eventos que marcariam as chamadas revoluções atlânticas.

Nesta sessão, buscaremos melhor elucidar estes conceitos e provar a responsabilidade, ainda que involuntária, de nosso autor no desenvolvimento de mecanismos retóricos inerentes aos modernos movimentos de massa. Esta questão passa pela interpretação de todo um léxico republicano que ganharia os mais diversos significados ao longo da idade contemporânea e que teve sua gênese com os humanistas cívicos, dos quais Nicolau Maquiavel se destacaria. Afinal, o populismo parece mesmo estar de alguma forma ligado à concepção política do gênio renascentista.

## 5.1

### **Análise da obra maquiaveliana segundo a Razão populista:**

O populismo é um fenômeno político que sempre despertou muitas controvérsias e discussões acalorada. De fato muitos cientistas políticos rejeitam o uso deste termo, em grande parte devido a sua ambiguidade. Pois, o populismo abrange uma enorme gama de movimentos sociais das mais variadas correntes ideológicas. A única característica comum a todos os populistas é justamente o seu forte apelo ao “povo” como agente político em detrimento das elites econômicas tradicionais.

O populismo também recebe diversas definições de acordo com o contexto político de cada lugar em que é empregado. Por exemplo, no mundo anglófono o *populism* geralmente está atrelado a uma forma de atender as demandas populares sem acarretar em qualquer oposição dos grupos dirigentes, procedimento muito comum em sociedades baseadas em pactos sociais. Por outro lado, na América

Latina o termo possuiu uma forte conotação pejorativa que procura identificá-lo com a simples manipulação das camadas populares por um líder carismático.

Populismo também é a tradução convencional do movimento *Narodnichestvo* que marcara a história russa na segunda metade do século XIX. Seus integrantes eram intelectuais provenientes das classes médias urbanas que compartilhavam uma visão romantizada da vida no campo. Os *narodniks* buscariam sem sucesso o apoio do campesinato recém liberto da servidão em uma potencial revolução contra o Tsar, o que posteriormente os levaria a estabelecer uma estrutura partidária (terra e liberdade) e a adotar práticas terroristas contra as autoridades constituídas. Em *Os demônios*, Fyodor Dostoyevsky apresenta uma perspicaz sátira política deste movimento e de suas principais lideranças.

Não obstante, desde a antiguidade clássica a demagogia fora explicada de acordo com o processo inexorável de corrupção das sociedades políticas, razão pela qual originalmente a palavra *democracia* possuía um sentido negativo entre os antigos que tendiam a associá-la com a *Oclocracia* ou o “governo das multidões”. Afinal, estas sempre foram vistas como forças incontroláveis, desprovidas de qualquer racionalidade e, por vezes, descritas como “histerias coletivas”.

Esta tendência perdurou até a publicação em meados do século XIX de *Psicologia das Multidões*, trabalho pioneiro na abordagem científica das manifestações populares. Nele o psicólogo Gustave Le Bon ainda descreve esse fenômeno típico das sociedades industriais como mera patologia contagiante, embora apresente pela primeira vez um estudo sobre os mecanismos de agregação/desagregação dos movimentos de massa. Para o francês a dinâmica interna destes é explicada em grande parte pelo processo de “sobre-determinação” das palavras, em que estas são distorcidas ao ponto de perderem seu real significado e passarem a abranger uma série de imagens que incidiriam sobre o imaginário coletivo.

Rejeitada por Freud, a *Psicologia das Multidões* ainda seria desacreditada pelo desenvolvimento da linguística moderna que nega qualquer significado meramente denotativo das palavras. No entanto, a obra de Le Bon tem o mérito de ser a primeira a sugerir a existência de uma lógica própria de funcionamento das multidões. Não por acaso, foi justamente este livro que inspirou Ernesto Laclau a desenvolver uma teoria do discurso político que exponha satisfatoriamente o funcionamento dos mecanismos internos do fenômeno populista.

Portanto, a partir de agora ao nos referirmos ao termo “populismo” estaremos nos referindo especificamente à explicação apresentada pelo autor argentino em seu magnífico *A Razão Populista*. Os principais pilares da teoria lefortiana são a formação do povo de uma particularidade em uma totalidade e a constituição de uma cadeia de demandas democráticas através do uso de significantes flutuantes. Procuraremos nesta sessão demonstrar até que ponto esta lógica política é compatível com o pensamento de Nicolau Maquiavel.

Deste modo, começaremos abordando o tema do “povo”, outro conceito de difícil delimitação que pode abranger diversos significados de acordo com o contexto social envolvido. No entanto, a definição fornecida por Laclau (2013, P. 134-135) é de extrema objetividade:

Nesse caso o “povo” é algo menor que a totalidade dos membros da comunidade: é um componente parcial, que ainda assim aspira a ser concebido como a única totalidade legítima. A terminologia tradicional, que tem sido traduzida para a linguagem comum, torna clara essa diferença: o povo pode ser concebido como *populus*, o corpo de todos os cidadãos, ou como *plebs*, os desprivilegiados. Essa distinção, entretanto, não capta exatamente aquilo que estou apontando, pois ela poderia ser vista facilmente como algo *juridicamente* reconhecido. Assim, seria simplesmente uma diferenciação em um espaço homogêneo, conferindo legitimidade universal a todas as suas partes componentes, isto é, a relação entre seus dois termos não seria de antagonismo. Para termos o “povo” do populismo, precisamos de algo mais. Precisamos de uma *plebs* que reivindica ser o único *populus* legítimo, uma parcialidade que quer funcionar como totalidade da comunidade [...] No caso de um discurso institucionalizado, vimos que a diferencialidade reivindica ser o único equivalente legítimo: todas as diferenças são consideradas igualmente válidas no contexto de uma totalidade mais ampla. No caso do populismo, essa simetria é rompida: existe uma parte que se identifica com o todo.

Assim, se retornamos para a análise do pensamento maquiavelismo não será difícil identificar sua incompatibilidade com o conceito de povo apresentado nas páginas de *A Razão Populista*. O secretário florentino se refere às camadas populares apenas como uma mera particularidade (*plebs*) que teria uma participação limitada nos negócios de Estado. Na realidade, a sua defesa do governo misto se encaixa melhor em um discurso institucionalizado que procura acomodar as diferenças internas da *Polis* em uma identidade cívica (*populus*) que abranja todos os segmentos sociais. Logo, não há espaço para o antagonismo na República almejada por Maquiavel que conseqüentemente jamais poderá ser apontado como primeiro pensador populista como querem alguns autores.

Não obstante este primeiro ponto de divergência entre o maquiavelismo e *A Razão populista*, prossigamos com a abordagem dos elementos restantes da Teoria laclaudiana. Estamos nos referindo aqui a presença de um “significante vazio”, caracterizado pela própria imprecisão na sua delimitação conceitual. Segundo a abordagem antidescritivista, isto ocorre quando as palavras se referem às coisas não através de seus traços descritivos compartilhados, mas apenas por meio de um “batismo primordial” que antecede qualquer atribuição de qualidade ao objeto analisado. Mais uma vez recorreremos as palavras do prof Ernesto Laclau (2013, p. 162) para elucidar a questão:

Se traduzirmos essa argumentação a uma terminologia saussureana, o que os descritivistas estão fazendo é estabelecer uma correlação fixa entre significante e significado, ao passo que a abordagem antidescritivista envolve emancipar o significante de qualquer sujeição ao significado.

É justamente este “efeito retroativo da nomeação” que diferencia *A Razão Populista* da abordagem anterior, desenvolvida por Le Bon em sua *Psicologia das multidões*. Assim, não podemos falar em processo de “sobreterminação” na teoria discursiva de Laclau, uma vez que para este o “significante vazio” nada mais é do que uma simples “objetivação do vazio”.

De qualquer forma, o “significante vazio” é fundamental para o processo de heterogenização das demandas democráticas. Estas são demandas específicas de determinados agrupamentos sociais que podem ter suas respectivas particularidades temporariamente suspensas para atender uma *lógica de equiparação* entre as mesmas. Desta maneira, forma-se uma cadeia de demandas populares que não tardará a ganhar uma identidade própria por meio de uma nomenclatura derivada de alguma demanda parcialmente atendida, processo que denominaremos aqui de *singularidade*.

Esta singularidade não só se expressa mediante um “significante vazio”, como constitui uma fronteira política que define estruturalmente o conceito de “Povo”. Como principal consequência, teremos um crescente *antagonismo* entre o povo e as elites econômicas, elemento este fundamental para caracterização do fenômeno populista. Infelizmente, ao ganhar uma consistência própria é comum que os movimentos populares passem a expressar ressentimentos que nada possuem comum com seus objetivos iniciais.

Paradoxalmente, a demanda que cristaliza a identidade popular preserva a sua particularidade interna, apesar de passar a abranger a totalidade da cadeia de equivalências. Obviamente, isto gera uma eterna tensão entre a sua autonomia institucional (muito relacionada a sua dimensão discursiva) e a sua dependência de uma inscrição popular. Quanto mais forte for a última, mais fraca será a demanda individual, enquanto que quanto mais forte a primeira, mais tênue será sua vinculação ao elemento hegemônico. Neste último caso, é comum que haja uma desintegração da cadeia de demandas populares através de uma *lógica da diferença* com o subsequente restabelecimento de um discurso institucionalizado.

Para ilustrar melhor o funcionamento desta *Razão Populista*, utilizarei como exemplo as manifestações populares que ocorreram em todo o Brasil durante a Copa das Confederações de 2013, no que ficaria vulgarmente conhecido como “jornadas de junho”. Naquela ocasião um protesto contra o aumento no preço das passagens de ônibus deu o ingrediente necessário para as maiores manifestações populares desde a redemocratização do País.

Assim, a demanda “não são apenas 20 centavos” passou acoplar uma série de demandas populares que abrangiam desde o fim da PEC 37 até a desmilitarização da Polícia. Então, o movimento ganhou uma identidade própria baseada na oposição do “povo brasileiro” aos “corruptos de Brasília”. Porém, no momento em que grupos como os *black blocs* começaram a praticar atos violentos no interior das multidões, o movimento passou por uma desagregação que acarretou no restabelecimento do discurso institucionalizado. Era como se em um instante as demandas até então equivalentes houvessem sido diferenciadas pelas camadas sociais que formavam a grande massa dos protestos.

Se a descrição dos acontecimentos parece suficiente confuso para o leitor, imagine uma situação em que há uma interceção entre duas ou mais cadeias de equivalências. Neste caso temos um “significante flutuante”, cujo sentido será suspenso até que por meio de uma luta hegemônica seja decidido qual das cadeias será identificada com a demanda em questão.

Observem que o “significante flutuante” possui muitas semelhanças com o seu equivalente “vazio”, diferenciando-se deste apenas pela mobilidade de suas fronteiras políticas no que acarreta na mutação do próprio conceito de “Povo”. Como bem colocou o prof Laclau (2013, pg. 183 ) “a linguagem de um discurso populista, seja ele de esquerda ou de direita, sempre será imprecisa e flutuante, não

devido a qualquer falha cognitiva, mas porque tenta operar numa realidade social que, em larga medida, é heterogênea e flutuante”.

O leitor deve está se perguntando o que toda esta exposição sobre *A Razão populista* tem em comum o pensamento de Nicolau Maquiavel. Pois, acreditamos que o conceito de *virtù*, conforme empregado ao longo de toda obra do secretário florentino, possui todas as características inerentes a um “significante flutuante”. Afinal, esta é uma palavra sem tradução exata na língua portuguesa, o que permitiria interpretá-la segundo uma série de termos, tais como excelência, prudência, astúcia, bravura, solidariedade, rigor, patriotismo, civismo, estoicismo, liberdade, dentre outros.

É claro que a intenção de Maquiavel era, como já salientamos mais de uma vez, apenas resgatar o conceito de “república” tal como vislumbrado pelos antigos. Para fins práticos, isso pressupõe retirar a moral estoica da roupagem transcendental que lhe dera o cânone cristão, a fim de estabelecer um *viver civile*. No entanto, ao proceder desta forma o florentino inauguraria uma nova forma de fazer política, pautada no conflito entre a particularidade e a totalidade, própria do fenômeno populista. Ao menos, é o que procuraremos demonstrar na próxima sessão.

## 5.2 Da apropriação do léxico republicano:

Talvez a principal realização do movimento literário conhecido como “humanismo cívico” tenha sido o desenvolvimento de um léxico republicano que influenciaria o desenvolvimento de todo o pensamento político posterior e acabaria por moldar o próprio mundo contemporâneo. Assim, conceitos como *vitta ativa*, *viver civile*, liberdade, igualdade (*isonomia*), Anaciclose (*anakylikos*) e “Benefício comum” entraram na linguagem corrente não apenas dos intelectuais de formação humanista como também dos líderes políticos e, aos poucos, também dos homens comuns.

Dentre estas, destacamos o vocábulo *virtù*, fundamental para a constituição de qualquer “república bem ordenada”. Infelizmente, desde que Nicolau Maquiavel realizou a cisão definitiva entre o *vir vitudes* (Coragem, Eloquência, Justiça e Prudência) e a *virtù*, este conceito ganhou uma imprecisão típica de um

“significante vazio”. Afinal, ele pode abranger tanto a virtude cívica, quanto a moral, bem como uma combinação das duas.

Esta “vacuidade” do conceito de *virtù* foi muito bem explorada pelos artífices das chamadas “Revoluções Atlânticas”, nem sempre com efeitos positivos. De qualquer forma, não podemos ignorar que o mundo contemporâneo foi em grande parte moldado por meio do uso de um léxico republicano desenvolvido por aquele que talvez seja o grande nome da renascença, no que diz respeito ao pensamento político.

Por sinal, foi com base neste léxico que James Harrington desenvolveu uma concepção de República muito peculiar à sociedade inglesa do século XVII. Para o inglês, a decadência da ordem feudal tornara a antiga aristocracia fundiária incapaz de manter o seu controle sobre a classe dos “comuns”, agora composta de livres camponeses e proprietários rurais. Deste modo, o fim das prerrogativas aristocráticas abria espaço para uma centralização monárquica que buscava se impor por meio da criação de um exército permanente (*standing army*). Portanto, a criação de milícias populares seria apenas uma reação dos “comuns” a um absolutismo tardio, o que em última conseqüência deflagrara a guerra civil no país deste autor.

Após a vitória dos populares, seria gradualmente implementada a constituição de *Oceana*, nome fictício de uma república utópica baseada na propriedade privada rural e no revezamento de cargos públicos. Harrington ainda descreve *Oceana* como uma verdadeira teocracia, em que todos os cidadãos seriam igualmente livres perante a Deus que se manifestaria apenas por meio de eleições regulares. Assim, paradoxalmente o léxico republicano de Maquiavel encontraria um ponto de contato com a “profecia” de Savonarola.

Porém, com a subsequente restauração monárquica, os escritos Harringtonianos ganhavam uma nova interpretação. A corrente *Neo-Harringtonian* passaria a equiparar a Antiga Constituição da Inglaterra com o Governo Misto descrito por Políbio, no livro VI, de sua *História*. Desta maneira, o monarca corresponderia ao governo de um só, a Câmara dos lordes ficaria associado à Aristocracia e a Câmara dos Comuns seria apontada como a assembléia popular por excelência. Do equilíbrio destes três elementos proviria a estabilidade e a liberdade típicas de uma verdadeira *Commonwealth*.

Logo, os autores do interregno seiscentista não condenariam a Câmara dos Lordes ao desaparecimento gradual devido às mudanças que ocorriam na sociedade inglesa. Ao invés disso, eles autores *Neo-Harringtonianos* procuraram dar uma nova função para a Câmara alta do parlamento inglês, não mais baseada na manutenção de seus privilégios aristocráticos e agora desempenhando um papel de mero intermediário entre a coroa e os comuns. Curiosamente, neste esquema as novas prerrogativas dos lordes muito se assemelham as desempenhadas pelos *otimanti* no arranjo institucional desenvolvido por Francesco Guicciardini.

O século XVII ainda viria o desenvolvimento do comércio tomar a largos passos o lugar da *Fortuna* como principal agente catalisador do processo de corrupção das sociedades políticas. Afinal, a partir do momento em que o indivíduo ganha a possibilidade de trocar sua liberdade por outra *commodity*, os costumes são distorcidos e toda a sociedade se afasta do caminho do “benefício comum”.

Por isso, este momento histórico é marcado pela cisão definitiva entre a *virtù* e a moralidade. Assim, o cidadão não precisaria mais tomar parte nos negócios do Estado e apenas se restringiria a preservar o equilíbrio da “Antiga Constituição” que, por sua vez, forneceria segurança e liberdade suficientes para este conduzir seus próprios negócios. Segundo estes termos, podemos afirmar que a “liberdade dos Modernos” finalmente se sobreponha a “dos Antigos”.

O principal nome desta nova tendência seria o do Filósofo John Locke, apontado por muitos acadêmicos como o principal precursor do Liberalismo político. Em seu *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, o filósofo inglês descreve as sociedades agrárias como preponderantemente patriarcais, em que o conceito de *Patria Potestas* bastaria para administrar a aplicação da “Lei natural”. No entanto, com a invenção do dinheiro os *pater familia* e chefes tribais passaram a lidar com problemas cada vez mais complexos. Afinal, o real valor das transações monetárias era meramente consensual e para preservar o valor de suas propriedades, os homens necessitariam de uma entidade dotada de personalidade jurídica própria e mecanismos coativos suficientes para fazer valer a vontade das partes envolvidas em qualquer transação.

Segundo Locke, era assim que nascera o Estado que, por sua vez, possui como única finalidade implementar a “Lei natural” nas sociedades civis que se formaram embutidas no desenvolvimento comercial. Como já mencionado, estas ideais estavam na base do Liberalismo político que se tornaria predominante no

mundo moderno ao ponto de se confundir com os próprios conceitos de república e democracia. Seria ainda com base nas idéias do pensador inglês que uma nova nação seria fundada no outro lado do Atlântico, em que a virtude cívica jamais se confundiria com qualquer preceito de filosofia moral.

Na Europa continental também aportaria a “liberdade dos Modernos”, mais especificamente na cidade de Bordeaux, onde paradoxalmente um aristocrata procuraria adaptar seus conceitos para a cultura francesa. O Barão de Montesquieu descreve em suas obras a virtude como o mero amor à pátria, traduzido no conceito de igualdade política que descartaria qualquer consideração moral. Portanto, a virtude nada mais é do que o simples respeito à Lei que independe da presença de cidadãos notáveis para realizar o ideal republicano por excelência: assegurar o benefício comum de toda a comunidade política.

Surpreendentemente, Montesquieu prescreve a limitação da própria virtude como requisito para a preservação da liberdade. Ao proceder desta forma, o Barão introduz pela primeira vez no pensamento político francês a discussão quanto ao suposto conflito entre o indivíduo e a coletividade. Afinal, se era função do Estado garantir o direito dos cidadãos, nada mais apropriado do que frear o mesmo para proteger a liberdade dos indivíduos. É neste contexto que devemos interpretar o elogio do filósofo à constituição inglesa que influenciaria a sua teoria da tripartição dos poderes.

Apesar, de contribuir decisivamente para a propagação do léxico republicano e com a crítica ao Absolutismo monárquico, Montesquieu não tinha como intenção alterar as instituições fundamentais da França. Por isso, não é nenhum sobressalto constatar que a sua concepção de virtude foi acoplada a um discurso estabilizante que viria colaborar com a manutenção do *status quo* no seio do próprio Antigo Regime.

Eis que em meados do século XVIII, Jean-Jacques Rousseau ganha o prêmio da academia de Dijon ao responder de forma negativa uma indagação acerca do caráter benéfico das ciências e das artes no aprimoramento dos costumes humanos. O manuscrito que continha esta resposta foi publicado com o nome de *Discurso sobre as ciências e as artes*, no qual Rousseau atribui às mesmas a proliferação de um modo de vida extravagante baseado no ócio que acarretaria no transbordamento das paixões humanas, o que por último afastaria os homens do próprio culto à virtude tão necessário para o progresso da humanidade. Desta forma, o cidadão de

Genebra resgatava os princípios da Filosofia Moral estóica que haviam custado tão caro aos humanistas cívicos.

De fato, no pensamento rousseauiano existe uma confluência entre a virtude cívica e virtude moral que, porém, não se confunde com a sua completa compatibilidade. Esta confluência persiste apesar da constante tensão entre o indivíduo e a comunidade que perdura ao longo de toda a obra do genebrino. Afinal, para o pensador suíço o ideal de uma comunidade virtuosa deve necessariamente abarcar a totalidade da experiência humana e não apenas o terreno da organização institucional, como sustentara Montesquieu.

É desnecessário dizer que as idéias de Rousseau influenciaram decisivamente a eclosão da Revolução Francesa, mas o que poucos percebem é como a sua concepção de virtude e, em especial, o papel reservado para a moral no desenvolvimento das constituições políticas pautariam os principais eventos da história francesa. Para ilustrar nosso ponto, selecionamos diretamente do panfleto *O que é o Terceiro Estado ?* o trecho a seguir:

Uma questão desta natureza só pode ser indiferente àqueles que, desprezando em matéria social os meios justos e naturais, só calculam com recursos fictícios, mais ou menos arbitrários e complicados, mas que constituem por toda a parte a reputação do que se chama os homens de Estado, os grandes políticos. Nós, no entanto, não sairemos da moral; ela deve presidir todas as relações que ligam os homens entre si, tanto ao seu interesse particular, quanto ao seu interesse comum ou social. A moral é que nos dirá o que deveria ter sido feito, e afinal, só ela poderia fazê-lo. É preciso sempre voltar aos princípios simples, como mais poderosos que todos os esforços do gênio. (2009, p. 28)

Portanto, a assembléia nacional constituinte deveria se pautar em uma concepção de virtude rousseauiana que abrangeria tanto a virtude moral quanto a cívica. Posteriormente, esta demanda democrática seria associada a uma série de outras tais como o fim dos privilégios feudais, a sujeição do clero à Autoridade civil, a libertação dos prisioneiros políticos do Antigo-Regime, a reforma tributária, o sufrágio universal e, posteriormente, a própria abolição da monarquia.

Em outras palavras, podemos dizer que uma cadeia de demandas equivalentes fora formada com a hegemonia da respectiva demanda original, a rigor a convocação de uma assembléia nacional. Assim, a identidade subjetiva do povo francês era estruturada conforme o conceito de nação que, por sua vez, confundia-se com o próprio terceiro-estado em oposição aos outros estamentos sociais. Era a

consolidação da fronteira política entre o “povo” e as “elites” descrita por Laclau em sua *Razão Populista*.

Logo, em meados do ano de 1789 já estavam presentes todos os elementos necessários para configurar um fenômeno populista. A revolução francesa foi o primeiro exemplo histórico de uma particularidade procurando se tornar uma totalidade, de uma *plebs* se transformando em *populus*. Ao menos é o que concluímos das palavras do Abade Siyès(2009, p. 25) retiradas de sua principal obra.

Desse modo, se se quiser reunir, na França, as três ordens numa só, deve-se começar pela abolição de qualquer privilégio. É preciso que nobres e sacerdotes tenham como interesse somente o interesse comum, e que só gozem, por força da lei, dos direitos de simples cidadãos. Sem isso, não adianta reunir as três ordens sob a mesma denominação. Elas continuarão a ser três matérias heterogêneas impossíveis de se misturar. E eu não devo ser acusado de defender a distinção das ordens, que considero a invenção mais nociva a todo o bem social. Acima dessa desgraça, só seria possível a de confundir estas ordens nominalmente, deixando-as separadas realmente pela manutenção dos privilegiados. Isso seria consagrar para sempre seu triunfo sobre a nação. O bem público exige que o interesse comum da sociedade se mantenha em alguma parte, puro e sem mistura. E com este propósito, que é o único bom, o único nacional, o Terceiro Estado não se prestará nunca à entrada de várias ordens em uma suposta câmara dos comuns.

Deste modo, o “poder constituinte” se afastava do oxímoro lefortiano e rapidamente tomava a forma de um Saturno pronto a devorar os seus próprios filhos. O principal catalizador deste processo se encontrava em uma nova concepção de virtude que se formava nos clubes revolucionários.

Principalmente em meio as fileiras jacobinas ganhava força um discurso que procurava opor o “Estado social” ao “Estado político”. Nas palavras de Saint-Just, ao formarem comunidades ainda em meio ao seu estado natural os homens alcançaram a felicidade e a virtude (agora restrita apenas ao seu aspecto moral), enquanto que o advento da política acabara por impor aos mesmos Leis para o seu próprio convívio no que resultaria na renegação de suas respectivas “virtudes naturais”.

Assim, o objetivo do Legislador de Saint-Just seria encontrar uma forma de devolver ao homem sua natureza original, o que afasta seu pensamento consideravelmente da Filosofia rousseauniana e o aproximava dos futuros teóricos anarquistas. Some-se a isso, o desenvolvimento de uma lógica binária que

enfativava a consolidação da República por meio da eliminação dos seus inimigos internos e temos a matriz do pensamento Jacobino.

Mas afinal quem eram os “inimigos do povo”? Estes viriam a finalmente ser identificados com os grandes proprietários que ao reduzirem o povo a mais absoluta miséria e propagarem seus valores individuais em detrimento do Bem comum, estariam apenas colaborando para desviar a sociedade da tão almejada “pureza republicana”. Como bem colocou Billaud-Varenne, o capitalista “alimentará o fisco com uma mão para, com a outra, retirar aquilo com que contribuiu” (apud BIGNOTTO, 2010, p.339).

Assim, a fronteira política se modifica de tal maneira que um agrupamento social até então inserido na identidade subjetiva do “povo” é excluído ao ponto de formar um antagonismo com os novos elementos populares. Para nós, os efeitos do aparecimento da questão social no seio do movimento revolucionário são suficientes para caracterizar o elemento virtude como um “significante flutuante”.

De qualquer forma, seria seguindo a cartilha jacobina que Maximilian de Robespierre conduziria o Terror, por meio do qual purificaria a sociedade francesa para reconduzi-la ao Estado de Natureza. Para atingir este objetivo suspenderia até mesmo a nova constituição aprovada com o apoio dos jacobinos, assim substituindo o “Império da Lei” pelo o mais puro medo. Este nefasto episódio da história francesa foi corretamente sintetizado nas seguintes palavras do prof. Newton Bignotto ( 2010, 356):

Robespierre preconiza, assim, o mesmo tipo de operação política que mais tarde levará os bolcheviques a separar os verdadeiros revolucionários de seus opostos contra-revolucionários. O horizonte da Revolução devora inteiramente o universo da república como um regime de leis, o qual presidia a concepção de Rousseau. Nessa espiral sem fim, o próximo passo conduz o Incorruptível ao coração de sua concepção do desiderato do processo revolucionário: a criação de um novo corpo político, uno e indivisível, e a eliminação de todos os que disso discordam

Tal afirmação não nos causa nenhum espanto, uma vez que o próprio Karl Marx fora profundamente influenciado pelo pensamento político dos principais autores jacobinos. Afinal, uma concepção de virtude que rejeitava qualquer forma de organização política e se restringiria apenas ao plano moral viria a se tornar comum tanto a anarquistas quanto a marxistas.

Por sinal, ambos se tornariam os principais porta-vozes da questão social inaugurada com a Revolução Francesa. Desta maneira, ao espalhar o espectro da revolução pelo mundo, os “socialistas” passariam a abalar as próprias estruturas das novas sociedades industriais. Seria esta mesma concepção idealizada da virtude que conduziria o movimento populista de Lenin ao poder na Rússia Czarista, no que resultaria em mais um banho de sangue patrocinado por um Estado tido como revolucionário.

Curiosamente, ao contrário do que acontecia na maior parte do mundo, o marxismo nunca se popularizou no mundo anglófono. A principal razão para isto parece ser o fato de que nestes países a concepção de virtude prevalecente sempre fora a descrita por Montesquieu, baseada apenas na igualdade política que rejeitaria qualquer princípio moral.

Desta maneira, era estabelecido o eterno contraste entre o pensamento políticos anglo-saxão e continental. Raymond Aron (2016, p. 36) descreve da seguinte maneira esta questão no seu controverso *O Ópio dos Intelectuais*:

Nos países ocidentais, os diversos sentidos da oposição direita/esquerda - que distinguimos por necessidade de análise - estão presentes, em maior ou menor grau. Em toda parte a esquerda conserva alguns traços característicos da luta contra o Antigo Regime; em toda parte ela é marcada pela preocupação com programas sociais, com o pleno emprego, com a nacionalização dos meios de produção. Em toda parte ela aparece comprometida com os rigores do totalitarismo stalinista, o qual se diz seu seguidor, uma afirmação que a própria esquerda não ousa negar totalmente. Em toda parte a lentidão da ação parlamentar e a impaciência das massas trazem o risco de dissociação entre valores políticos e valores sociais. Mas há diferenças extremas entre os países em que esses significados se misturam inextricavelmente e aqueles em que *um só* significado conduz os debates a formação das frentes de combate. A Grã-Bretanha pertence a essa última categoria, e a França à primeira.

Por trás deste fato, está o pensamento de um homem que procurou fundar uma nova moralidade, não mais baseada na postura contemplativa do medievo, mas sim no ideal republicano da *vita activa*. Com este fim, o secretário florentino completaria a trilha deixada pelos humanistas cívicos no caminho da modernidade política. Isto significava na prática realizar a cisão definitiva entre os conceitos de *vir virtudes* e *virtù*. Deste modo, o conceito de virtude perderia o seu significado estanque original e passaria a possuir uma imprecisão conceitual típica de um bom *significante vazio*.

O gênio renascentista jamais poderia imaginar as consequências que sua obra causaria. Ao invés do Regime de natureza mista com a respectiva conciliação entre “pequenos” e “grandes” que pleiteara para a sua Itália unificada, acabaria por fornecer um arsenal retórico que seria muito bem explorado por demagogos de todas as correntes ideológicas. Assim, estava concluída a gênese do populismo.

## 6 CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, tratamos de analisar o legado de um homem que se tornou sinônimo de “crueldade” e “amoralismo”. Frequentemente identificado como conselheiro de tiranos, Nicolau Maquiavel apenas desejava restaurar a glória da Antiga República Romana e expulsar os “bárbaros” de sua terra natal. Estas nobres aspirações seriam suficiente para fazê-lo entrar em colisão com os interesses dos poderosos de sua época com especial destaque para o clero católico.

O republicanismo clássico fora muito influenciado pela filosofia moral da escola estoica que por sua vez havia sido apropriado pela doutrina cristã, ao lhe dar um caráter fortemente contemplativo. Por consequência, para restaurar o seu significado original seria necessário resgatar o antigo ideal de *vita ativa* que fora suplantado durante a chamada antiguidade tardia.

Foi com este intuito que o secretario florentino procurou realizar a cisão entre os conceitos de *vir virtutes* e *virtù*, concedendo a este último termo uma imprecisão conceitual que seria muito bem utilizada pelo interpretes das “Revoluções Atlânticas”. Aqui destacamos, os seus aspectos puramente cívico e moral, assim como uma confluência de ambos os conceitos na mesma palavra.

No primeiro caso, temos a rejeição completa de qualquer caráter moral no termo *virtù* que passa a ser identifica somente com a virtude cívica. Esta corrente de interpretação dará origem à doutrina da *Razão de Estado*, segundo a qual a segurança do Estado soberano requer a aplicação de todos os meio necessários (ainda que ilegais). Apesar de está fortemente associado ao “maquiavelismo”, não há a princípio nada de errado com esta doutrina que apenas buscaria a preservação da própria comunidade política.

No entanto, entendemos que a constante negação de princípios morais enfraquecem os laços entre os membros de qualquer sociedade política. Isto desencadearia gradualmente uma série de conflitos sociais que apenas poderiam ser contidos por meio da adoção de medicadas autoritárias. Neste caso a *Razão de Estado* se tornaria algo exterior à própria comunidade e perderia toda a sua legitimidade.

Por outro lado, a virtude puramente moral almejada tanto por jacobinos quanto pelos primeiros socialistas não produziria efeitos muito diferentes. A crença em uma sociedade idealizada nos primórdios da humanidade encorajaria o desprezo pela Leis, algo estranho tanto ao antigos quanto aos moderno e que em última instância conduziria a humanidade a um Estado de Natureza hobesiano. Afinal a diferença entre utopia e distopia parece ser mesmo apenas um sinal invertido.

Talvez o efeito mais inusitado da Revolução bolchevique tenha sido a reprodução de suas práticas terroristas (inspiradas principalmente no Terror jacobino) por parte de seus adversário políticos. Assim, seguindo uma lógica antagônica a extrema direita adotaria o próprio *modus operandi* soviético como forma impedir o advento da “Revolução Internacional”. Como bem sintetizou Richard Pipes (2018, p. 147) “O conceito de totalitarismo só se tornou claro quando os métodos políticos dos comunistas passaram a ser utilizados por facistas e nazistas”.

Por fim, temos uma concepção de virtude que abrange tanto a sua dimensão moral quanto cívica. Esta parece ter sido a verdadeira intenção de Nicolau Maquiavel, uma vez que influenciado pela filosofia estóica nosso autor bem sabia que o aspecto institucional da política influenciava e ao mesmo tempo era influenciado pela própria condição humana. Seguindo este caminho o secretário florentino procurou estabelecer um sistema de “regulação dos humores” que teria como fim último a conciliação entre grupos antagônicos da sociedade, tão bem descrito por Claude Lefort na figura do Oxímoro.

A nosso ver o “poder constituinte” somente tomou a forma preterida por Maquiavel com o advento da Liberal-Democracia em meados do século XIX. Isto pois este peculiar arranjo institucional está baseado na paradoxal cooperação entre “grandes” (liberais) e “pequenos” (democratas) tendo em vista um objetivo comum: o Estado de bem-estar social.

Como colocou o prof. Noberto Bobbio ( 2017, p.80) em seu celebre *Liberalismo e Democracia*:

Na tradição do pensamento anglo-saxão, que certamente é a que forneceu mais duradoura e coerente contribuição ao desenvolvimento do liberalismo, a partir de

Betham, utilitarismo e liberalismo passam a caminhar no mesmo passo, e a filosofia utilitarista torna-se a maior aliada teoria do Estado liberal.

Segundo os utilitaristas, o “Bem-estar” somente poderia ser atingido mediante um recurso *empírico* que consistiria em uma espécie de cálculo da felicidade gerada por cada ato no seio da sociedade. Por outro lado, os estóicos empregavam um método *racionalista* para contemplar as “verdades eternas”, das quais destacamos a “utilidade comum” como principal caminho para uma vida virtuosa. Assim, podemos concluir que cada corrente filosófica se baseava em métodos divergentes para alcançar um mesmo fim: o estabelecimento de um *vivere civile*.

Portanto, no atual contexto político em que passamos pelo enfraquecimento de nossos respectivos laços sociais e nosso país já começa a balançar sob as suas próprias estruturas, faz-se necessário mais do que nunca lembrar as lições legadas pelo mestre renascentista. Maquiavel certamente recomendaria um retorno ao princípio fundamental em que se ancora toda comunidade política e que consistiria na verdadeira essência da “Arte da política”: a eterna busca pelo benefício comum de seus membros.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Bernadete Siqueira. *A História da Filosofia*. São Paulo, NOVA CULTURA, 2004.

Arendt, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo, Ática & UNB, 1988.

Aron, Raymond. *O Ópio dos Intelectuais*. São Paulo, TRÊS ESTRELAS, 2016.

BARON, Hans. *En busca del humanismo cívico florentino: ensaios sobre el cambio del pensamiento medieval al moderno*. Ciudad de México, FONDO DE CULTURA ECONÓMICA, 1993.

BARON, Hans. *The Crisis of the Early Italian Renaissance*. New Jersey, PRINCETON UNIVERSITY PRESS, 1966.

BIGNOTTO, Newton. *As Aventuras da Virtude*. São Paulo, COMPANHIA DAS LETRAS, 2010.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro, JORGE ZAHAR EDITOR, 2003.

BIGNOTTO, Newton. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte, UFMG, 2001.

BIGNOTTO, Newton. *Republicanismo e Realismo: Um perfil de Francesco Guicciardini*. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, EDIPRO, 2017.

BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*. São Paulo, EDIPRO, 2017.

BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento*. Brasília, UNB, 1991.

CASSIER, Ernest. *O Mito do Estado*. Rio de Janeiro, ZAHAR EDITORES, 1976.

COLLIN, Denis. *Compreender Maquiavel*. Petropolis, VOZES, 2019.

LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. São Paulo, TRÊS ESTRELAS, 2013.

LEFORT, Claude. *Maquiavelo: Lecturas de Lo Político*. Madrid, EDITORIAL TROTTA, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Livio*. Brasília, editora UNB, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. São Paulo, MARTINS FONTES, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A Mandrágora & Belfagor, o Arquidiabo*. São Pulo, MARTIN CLARET, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Rio de Janeiro, DIFEL, 2002

MCCORMICK, John Patrick. *Machiavellian Democracy: Controlling Elites with Ferocious Populism*. The American Political Science Review, 2001. Disponível em: [www.jstor.org/stable/3118122](http://www.jstor.org/stable/3118122). Acesso em: 19 abr. 2019.

NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro, LAMPARINA, 2015.

Pipes, Richard. *História concisa da revolução russa*. Rio de Janeiro, RECORD, 2018.

POLÍBIO. *História*. Brasília, Editora UNB, 1996.

RADICE, Roberto. *Estoicismo*. São Paulo, IDEIAS E LETRAS, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. Porto Alegre, L&PM, 2016.

SÊNECA. *Aprendendo a viver: cartas a Lucíolo*. Porto Alegre, L&PM, 2018.

SÊNECA. *Sobre a Brevidade da Vida*. São Paulo, COMPANHIA DAS LETRAS, 2017.

SÊNECA. *Sobre a ira e sobre a tranquilidade da alma*. COMPANHIA DAS LETRAS, 2014.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *O que é o terceiro Estado?* Lisboa, TEMAS&DEBATES, 2009. Disponível em: [www.olibat.com.br](http://www.olibat.com.br). Acesso em: 19 abr. 2019.

SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo, COMPANHIA DAS LETRAS, 2000.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel: Pensamento Político*. São Paulo, BRASILIENSE S.A., 1988.

SKINNER, Quentin. *Liberty Before Liberalism*. Cambridge, CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 1998.

STRAUSS, Leo. *Reflexões sobre Maquiavel*. São Paulo, É REALIZAÇÕES, 2015.

WHITE, Michael. *Maquiavel: Um homem incompreendido*. Rio de Janeiro, RECORD, 2007.